

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 20 | Nº 275 | NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2023

ENTREVISTA

Combate às desigualdades passa pela educação, afirma o sociólogo Marcelo Medeiros

EDUCAÇÃO

Inclusão de crianças autistas na escola: desafio a ser vencido por etapas



Alimentos ultraprocessados são mais letais que a violência

Pesquisa revela que mortes de 57 mil brasileiros podem estar associadas ao consumo de comidas e bebidas altamente processadas

EDITORIAL

O país das desigualdades

O combate às desigualdades sociais deve balizar as políticas públicas e a mobilização dos grupos sociais, inclusive da educação, propõe o professor da Universidade de Brasília, sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Medeiros. Na entrevista desta edição, ele explica que foi essa convicção que o motivou a escrever *Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade*, livro recém-lançado pela Cia. das Letras – uma obra escrita com linguagem acessível para ser incorporada ao debate público por quem formula as políticas públicas no país. Essa é síntese do receituário do autor para enfrentar as nossas mazelas de país rico e extremamente desigual. “As mudanças se darão por uma razoável mobilização política de vários grupos sociais”, sinaliza.

O crescimento alarmante dos diagnósticos de autismo nos sistemas público e privado de ensino multiplica também os obstáculos enfrentados por professores e professoras envolvidos com a difícil tarefa de viabilizar a inclusão escolar de crianças com deficiências.

É preciso encarar uma por vez as dificuldades, a começar com as barreiras na comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, a elaboração de material pedagógico adaptado, a busca por instrumentos de avaliação diferenciados e, sobretudo, a falta de tempo para planejamento das atividades.

Além de abordar as etapas a serem vencidas para a inclusão de crianças autistas, esta edição traz um pouco da luta dos docentes e as ações do Sinpro/RS pela remuneração do trabalho extrapauta demandado na inclusão. Confira nas editoriais de Educação e Ensino Privado.

Os ultraprocessados – a comida que não alimenta nem sacia, mas é consumida de forma compulsiva por todos os brasileiros devido ao preço acessível e a agressivas estratégias de marketing da indústria de alimentos – foram associados, pela primeira vez, ao adoecimento e à morte.

Pesquisadores da Fiocruz e das universidades de São Paulo e Santiago, no Chile, revelaram que, em 2019, cerca de 57 mil brasileiros, com idades entre 30 e 69 anos, tiveram a vida ceifada prematuramente em virtude do consumo de comidas e bebidas altamente processadas. Para se ter uma ideia do que isso significa, basta reparar que, no mesmo ano, 45 mil pessoas foram mortas por causas violentas no país.

Havia tempestades de gelo por trás de tanta destruição provocada pela sequência de ciclones que se abateu sobre a região do Rio Grande do Sul neste ano, revela uma pesquisa inédita da Ufrgs, à qual o *Extra Classe* teve acesso. A partir dessa informação, os gestores públicos poderiam ter evitado tantas mortes e devastação nos municípios.

Confira também: *Arte +*, Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

Boa leitura!



04 ENTREVISTA

Marcelo Medeiros e o papel da educação no combate às desigualdades

07 WEISSHEIMER

Guerra e crise climática: o mundo em uma encruzilhada

08 EDUCAÇÃO

Os desafios para a inclusão escolar de crianças com autismo

11 SAÚDE

Alimentos ultraprocessados são mais letais que a violência no Brasil

14 AMBIENTE

Tempestades de granizo antecederam ciclones no RS

17 ROLIM

O que queremos com as prisões

18 ENSINO PRIVADO

Sinpro/RS propõe remuneração especial para trabalho adaptado

22 MOVIMENTO

Estado tem 36 mil indígenas à espera da demarcação de terras

24 ARTE +

A aposta do mercado editorial na bibliodiversidade

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinpro.rs.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Caren Souza, Elstor Hanzen, Gilberto Blume, Marcelo Menna Barreto e Sílvia Marcuzzo

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinpro.rs.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

Órfãos do feminicídio I

SANTIAGO

Por iniciativa de deputadas federais de sete estados e do DF, crianças e adolescentes de baixa renda filhos e dependentes de vítimas de feminicídio passaram a ter direito a uma pensão especial no valor de um salário mínimo. O projeto de lei de autoria das parlamentares do Partido dos Trabalhadores Maria do Rosário (RS), Rejane Dias (PI), Professora Rosa Neide (MT), Gleisi Hoffmann (PR), Natália Bonavides (RN), Luizianne Lins (CE), Benedita da Silva (RJ) e Erika Kokay (DF) foi aprovado no Senado e sancionado pelo governo federal no dia 31 de outubro.

Órfãos do feminicídio II

O PL 976/2022, que deu origem à Lei Ordinária 14717/2023, prevê que a pensão pode ser paga antes da conclusão do julgamento do crime. Caso a Justiça não considere que houve feminicídio, o pagamento é suspenso, sendo que os beneficiários não serão obrigados a devolver os valores recebidos, desde que não seja comprovada má-fé. O texto também impede que o suspeito de cometer feminicídio ou de coautoria do crime receba ou administre a pensão em nome dos filhos. Outra proibição prevista é acumular a pensão com demais benefícios da Previdência Social.



Violência contra a mulher é subnotificada em até 98,5%

A violência psicológica contra a mulher é subnotificada em até 98,5% em todo o país. É o que revela uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a University of Washington e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O estudo também verificou que os índices de subnotificação das violências física e sexual são de 75,9% e 89,4%, respectivamente.

O Brasil é o quinto país no ranking mundial de homicídios de mulheres. Aqui, a violência doméstica contra elas é praticada com requintes de crueldade e vitima principalmente as jovens e negras (61,8%). Em uma década, o número de homicídios de mulheres negras aumentou acima de 50%. Apesar de todos os avanços, como a Lei Maria da Penha, há no país uma cultura arraigada de violência contra mulheres com a naturalização de "tapinhas" que não doem e "tapas e beijos" nas relações afetivas. Em 2022, o número de feminicídios no Brasil aumentou 6,1% em comparação ao ano anterior: foram 1.437 mulheres assassina-



Mobilização de mulheres no Dia Internacional da Mulher – 8M, no Rio de Janeiro. No Brasil, quase 90% dos casos de violência física não são notificados

das. Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, houve crescimento de todas as formas de violência contra a mulher.

No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça expediu, desde 2021, mais de 330 medidas protetivas por dia, ou 14 por hora. Mesmo assim, 90% das mulheres que morreram vítimas de feminicídio não tinham medida protetiva.

Em 2020, ocorreram 221 homicídios contra mulheres e, desses, 80 foram feminicídios. O RS foi o quarto estado em números de feminicídios apenas no primeiro semestre daquele ano. Em 2019, foram 255 assassinatos de mulheres, dos quais 97 foram feminicídios (38%).

"São números relevantes e desconsiderados pelo poder público, porque não há ação efetiva. O que vemos é as autoridades dizerem 'Denunciem', mas as mulheres não estão morrendo porque não denunciam", afirma a advogada, especialista em Direitos Humanos e violência política de gênero Ariane Leitão.

Nos primeiros nove meses do ano, o estado de São Paulo registrou 166 casos de feminicídio, conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSP) paulista. Esse foi o maior número de casos desde 2018, quando a classificação passou a constar nos registros de boletins de ocorrência. E, também, representa uma alta de 25,7% em relação ao mesmo período do ano passado, que teve 132 feminicídios.

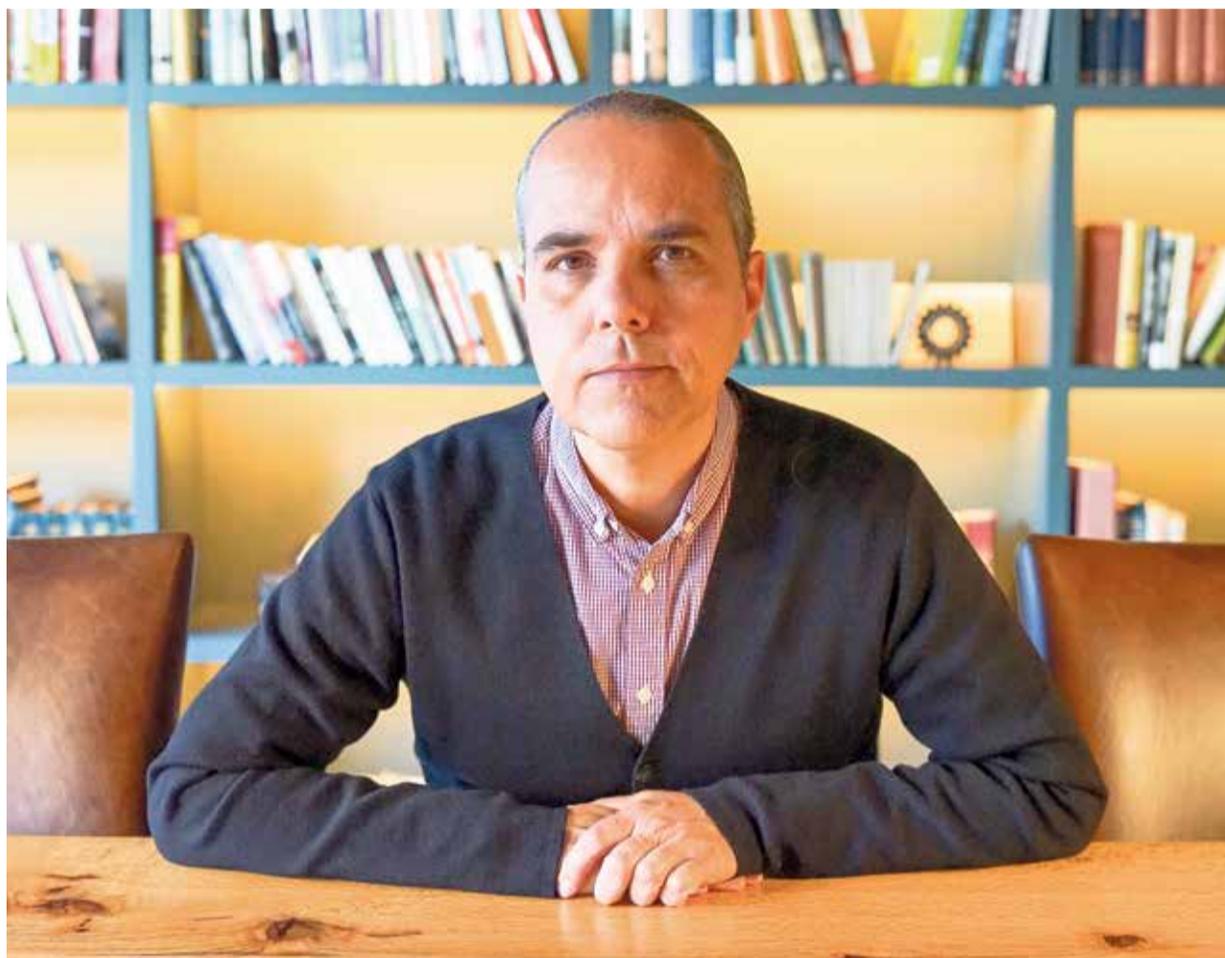
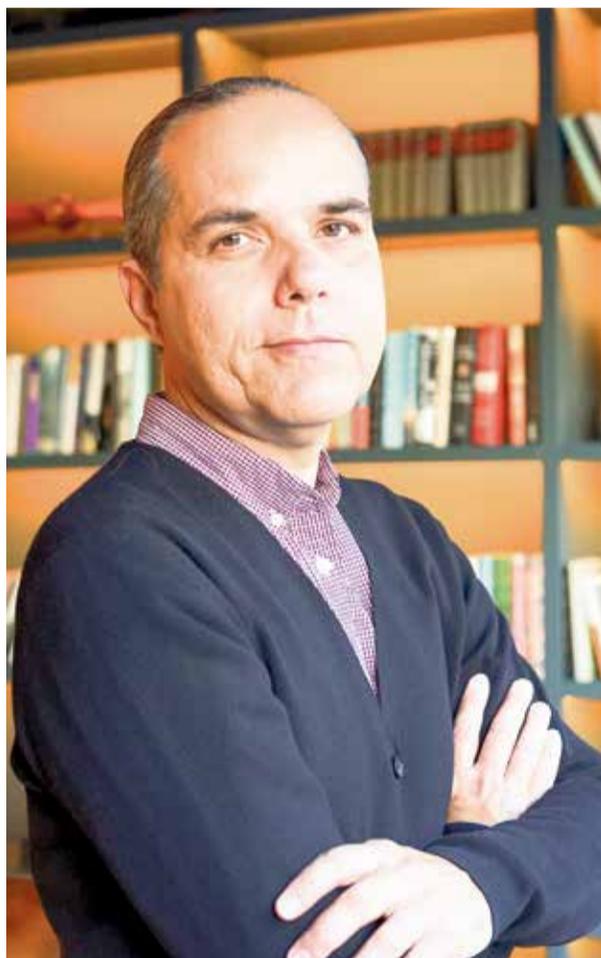


Notícia e informação têm bastante, mas pensada para você, só tem aqui.

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião...
Acesse e saiba sempre muito mais!



Receituário básico contra as desigualdades



Fotos: Acervo Passal

por Marcelo Menna Barreto

Marcelo Medeiros é reconhecido como um dos maiores especialistas do mundo nas discussões que envolvem o tema da desigualdade. Professor visitante na Universidade de Columbia, Nova York, e professor da Universidade de Brasília (UnB), é doutor em Sociologia e pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele lançou em outubro a obra *Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade* (Cia das Letras, 192 p.). O livro, conforme os objetivos do autor, foi escrito em linguagem simples, não acadêmica para, segundo ele, ser incorporado no debate público por aqueles que exatamente movem a roda das políticas no país. “No limite, a gente faz ciência social para mudar o mundo. E, para mudar o mundo, você tem que ser capaz de comunicar isso direito”, raciocina Medeiros nesta entrevista. É assim, com uma linguagem acessível, que o pesquisador aponta possibilidades e limitações das iniciativas para o enfrentamento das desigualdades, como a educação. Para ele, não há “solução mágica”. As mudanças se darão por “uma razoável mobilização política de vários grupos sociais”, preconiza.

Extra Classe – Qual foi a sua motivação para escrever *Os Ricos e os Pobres – O Brasil e a Desigualdade*?

Marcelo Medeiros – A motivação por trás desse livro é que a preocupação com a desigualdade tem que estar em todas as nossas políticas. Ou seja, nós não devemos ter uma política para combater a desigualdade, e sim incorporar a desigualdade em todas as nossas políticas. Na nossa política monetária, na decisão das taxas de juros, na decisão de como subsidiar as empresas, na legislação trabalhista, na política educacional, enfim. Em absolutamente tudo.

EC – Isso implica em quê?

Medeiros – Incorporar a desigualdade em tudo implica, por exem-

plo, perguntar, para cada tipo de política, quem ganha mais com essa política, quem ganha menos com isso, quem está pagando por isso. Então, é olhar o tempo inteiro para a distribuição, entender como as diferentes pessoas se beneficiam das diferentes políticas. Porque a lógica de desigualdade é essa mesmo. Políticas diferentes beneficiam pessoas diferentes de maneiras diferentes. E, portanto, a gente tem que tentar entender como cada política beneficia cada grupo da população. Por exemplo, muito do nosso debate econômico é guiado pela noção de crescimento da economia, crescimento da economia do Brasil.

EC – Não é assim?

Medeiros – O Brasil não cresce, quem cresce são as pessoas do Brasil, são os pobres do Brasil, são os ricos do Brasil. Então, o Brasil pode ter, por exemplo, um crescimento de 3%, que é pró-pobres, ou ele pode ter o mesmo crescimento de 3%, que é pró-ricos. O valor é o mesmo, o crescimento total são os mesmos 3%, mas o padrão desse crescimento é completamente diferente. Os impactos sociais desses dois tipos de crescimento são completamente diferentes. Por trás disso está o quê? A lógica de olhar sempre para a desigualdade. Não olhar, por exemplo, para o crescimento total, para o de-

envolvimento total do país, e sim para o desenvolvimento dos diferentes grupos sociais, das diferentes classes sociais.

EC – Alguma outra perspectiva com essa obra?

Medeiros – Uma segunda ideia importante desse livro talvez seja a principal motivação para eu tê-lo escrito na forma como o fiz é que, para o debate público, é importante que as ideias sejam colocadas de forma clara; para que elas possam ser, na verdade, melhoradas por outras pessoas. Ou seja, a perspectiva desse livro é muito mais colocar ideias que possam ser melhoradas por outras pessoas do que propriamente dizer o que tem que ser feito. Não estou tentando fazer uma lista de regras, de prescrições sobre como deve ser a política. O que eu estou fazendo é fornecer informações da melhor maneira que eu consigo fazer, da melhor maneira possível para mim, para que outras pessoas incorporem essas informações e façam política. É um pouco a lógica de eu entender que o papel do livro é fornecer informações para as pessoas que realmente vão conduzir a política, que realmente vão tomar as decisões. As pessoas nos movimentos sociais, os políticos profissionais com cargos eleitorais, os executivos da máquina pública, da admi-

nistração pública e os legisladores, por exemplo.

EC – É por isso que o academismo ficou de fora?

Medeiros – Sim. Eu tentei escrever esse livro numa linguagem que fosse não técnica. Uma característica dos estudos sobre desigualdade e também sobre os estudos sobre pobreza é serem bastante técnicos. Isso dificulta a leitura e dificulta a incorporação desses conhecimentos no debate público. O objetivo central pelo qual a gente faz pesquisa, no fundo, é ajudar o debate público. No limite, a gente faz ciência social para mudar o mundo. E, para mudar o mundo, você tem que ser capaz de comunicar isso direito. O que eu tentei fazer foi comunicar coisas que são, às vezes, bastante densas, mas numa linguagem que fosse o mais acessível possível.

EC – Mas você é um crítico da simplificação...

Medeiros – Há algumas ideias importantes nesse livro. Mas uma delas é que não existe uma solução mágica para o problema da desigualdade. Combater a desigualdade vai dar trabalho, vai custar caro, vai levar muito tempo e vai consumir um capital político imenso. E por que vai consumir esse capital político tão grande? Porque vai implicar enfrentar os

conflitos distributivos na sociedade. E, portanto, não vamos ser ingênuos, não vamos subestimar o tamanho desses conflitos. No abstrato, todo mundo vai ser a favor de combater a desigualdade. Mas, a cada vez que uma medida concreta for implementada, vai haver muita resistência. E, no jogo da democracia, a maneira de lidar com essa resistência é a mobilização política. Então, claro que uma redução da desigualdade no Brasil vai envolver uma razoável mobilização política de vários grupos sociais. É óbvio que é desejado que os grupos mais fracos se mobilizem mais, afinal, a gente está falando de desigualdade.

EC – A crítica, então, também é para as chamadas soluções mágicas?

Medeiros – Sim, mas por trás também da ideia de que não existe uma solução mágica, está a ideia de que não vão ser coisas isoladas que vão reduzir a desigualdade. Não vai ser só o investimento em educação, não vai ser só a tributação, não vai ser nenhum outro tipo de política isolada. Porque, no fundo, não existe uma política de combate à desigualdade. Todas as políticas têm que combater a desigualdade, todas elas, sem exceção. E, portanto, não vai ser uma política isolada, vai ser uma combinação de várias políticas

MÚTIPLAS EXPERIÊNCIAS, UM ÚNICO BENEFÍCIO.

O professor pode contar com o tempo de trabalho em outras profissões para ter uma aposentadoria mais vantajosa.

Entre em contato e saiba mais.



Para saber mais sobre seus direitos previdenciários, trabalhistas e cíveis, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos professores do Ensino Privado. **Entre em contato conosco através do WhatsApp:**

 51 2500.7014*

* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.

que vai permitir que a gente construa um Brasil mais igual.

EC – Como?

Medeiros – Existe uma separação entre pobreza e desigualdade. Para falar de pobreza, nós temos que olhar para os pobres. Mas, para falar de desigualdade, nós precisamos olhar para os ricos. E por que isso? Porque a maior parte da desigualdade brasileira está concentrada no topo. Está concentrada na diferença entre os ricos e o resto da população. E está concentrada dentro dos grupos dos ricos, dentro, por exemplo, dos 10% mais ricos do país. A maior parte da desigualdade está lá. E as nossas medidas de combate à pobreza têm um impacto muito pequeno sobre a desigualdade.

EC – Por exemplo?

Medeiros – A assistência social, por exemplo, tem um impacto muito reduzido sobre a desigualdade. Outras têm um impacto bem maior, como o salário mínimo. Mas é porque ele não afeta só a pobreza. O salário mínimo é feito para toda a população, todos os trabalhadores de renda mais baixa.

EC – Por falar em “toda a população”, como você dimensiona nossa sociedade?

Medeiros – Existe uma característica na distribuição de renda brasileira. O Brasil, ele é configurado por uma grande massa de população de baixa renda, não só de pobres, um grupo gigante de pessoas de renda bastante baixa, mais ou menos uns dois terços da população, que começa a ser separada lá pelos 80%, 90% da população, ou seja, uns 10%, 20% mais ricos, de uma elite que é pequena, mas é bem mais rica. Não é uma elite minúscula, é uma elite relativamente grande, mas ela é bem mais rica que o resto da população.

EC – O que isso significa em termos de Brasil?

Medeiros – Bom, do ponto de vista da base da pirâmide social, isso significa que existe muito pouca diferença entre os pobres e os não pobres, que estão perto da

linha de pobreza, evidentemente. Então, existe muito pouca diferença, por exemplo, entre as pessoas que estão lá embaixo, entre os pobres, e as pessoas que estão na metade da distribuição de renda brasileira. No geral, essas pessoas são muito parecidas entre si. E a gente tem que levar esse encontro em política. Uma linha de pobreza, por exemplo, divide uma população de maneira muito artificial.

EC – Você fala de várias desigualdades. Como lidar com isso?

Medeiros – Não existe uma desigualdade, mas desigualdades. Vários tipos de desigualdades. A sociedade pode ser vista por vários ângulos e cada um desses ângulos permite entender uma desigualdade diferente. Por exemplo, a gente tem desigualdades educacionais, de renda, de saúde, e nas mais variadas dimensões da vida. Não é possível, não faz sentido tentar hierarquizar quais são as mais importantes, quais são as menos importantes. E nós temos outros tipos de desigualdades, que são aquelas entre pessoas, classes, de gênero e de raça. Não faz sentido, por exemplo, dar prioridade à desigualdade de classe sobre a desigualdade de raça.

EC – Não priorizar, por quê?

Medeiros – Por exemplo, a desigualdade de raça, uma redução das desigualdades raciais no Brasil, teria mais efeito, por exemplo, do que a educação primária. E provavelmente do que a educação secundária. Eu não tenho exatamente os números de cabeça, mas provavelmente boa parte do sistema educacional brasileiro não conseguiria fazer, em termos de desigualdade de classe, o que uma redução das desigualdades raciais faria para a desigualdade de classe. Então, não faz sentido hierarquizar, tem que entender que essas desigualdades estão todas inter-relacionadas, todas têm que ser enfrentadas. Essa discussão, por exemplo, de classe e raça, ela é claramente equivocada. O livro argumenta sobre isso, inclusive.

EC – Você também faz críticas à história da educação como principal arma contra a desigualdade. Qual é o motivo?

Medeiros – Existe uma discussão bastante grande e alguns grupos, às vezes, insistem que educação deve ser o principal mecanismo de combate à desigualdade no Brasil. Essa afirmação é muito problemática. Primeiro, ela está querendo exigir da educação algo que a educação provavelmente não deve ser capaz de fazer. Querendo atribuir para todo o aparelho geral de educação, as famílias e, obviamente, o sistema de ensino, uma tarefa que talvez não possa ser cumprida. E é ruim desenhar políticas com esse tipo de visão equivocada. Ela atrapalha o desenho das políticas. Educação é muito mais do que formar um trabalhador. Educação, sim, prepara as pessoas para que elas tenham mais rendas. Isso é verdade. Ela faz muito mais do que isso e a gente não pode tirar isso do horizonte. Mas, além disso, existem limites para aquilo que a educação realmente é capaz de fazer.

EC – Quais limites?

Medeiros – Eu fiz cálculos, o livro apresenta esses cálculos, e eles mostram o seguinte: se o Brasil fosse capaz de fazer uma grande reforma educacional para melhorar radicalmente o seu sistema de ensino, isso implicaria várias coisas com custos altos. Implicaria contratar professores, aumentar salários de professores, provavelmente contratar professores melhores, mais qualificados, o Brasil tem um problema de qualificação. Envolveria mudar o sistema de formação, envolveria melhorar a infraestrutura das escolas. Envolveria uma série de coisas. Então, a primeira coisa: isso custaria dinheiro. Educação de boa qualidade não custa barato. Segundo, isso levaria tempo, que é o ponto mais central nesse momento, do meu argumento.

EC – Vamos falar um pouco mais, então, sobre o tempo, que você chama de ponto central?

Medeiros – Fazer uma reforma educacional desse tipo vai de-

“Uma redução da desigualdade no Brasil vai envolver uma razoável mobilização política de vários grupos sociais”

morar talvez uma década, talvez duas décadas. Isso não acontece da noite para o dia. Só aí vamos dizer que a gente fazendo muito rapidamente, demorando apenas uma década, a primeira geração de alunos formados nesse sistema educacional de altíssima qualidade vai demorar mais ou menos 12 anos para entrar na escola e sair no ensino médio. Ou seja, passou-se uma década para a reforma, ou pelo menos mais uma década para formar uma primeira geração de alunos para o ensino médio. Quando esses alunos chegarem no mercado de trabalho, eles vão ser minoria; a maioria dos trabalhadores, que já está no mercado de trabalho, não vai ser educada porque não é viável fazer isso com adultos e vai permanecer no mercado de trabalho por muitos anos. Ou seja, até que essas gerações altamente educadas sejam maioria no mercado de trabalho, nós estamos falando de várias outras décadas.

EC – Qual é a sua conclusão?

Medeiros – Enfim, o tempo de efeito da educação sobre a desigualdade não se mede em anos, se mede em décadas, se mede em várias décadas. Talvez leve meio século para que a educação realmente tenha impactos relevantes sobre a desigualdade no Brasil. E a pergunta óbvia que vem imediatamente depois é: o que a gente faz até passar três, quatro, cinco décadas? É óbvio que a gente tem que ter políticas que vão afetar a desigualdade com velocidade muito maior. É aí que entra uma série de outras coisas, mas, principalmente, entra a noção de que todas as políticas têm que enfrentar a desigualdade.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Guerra e crise climática: o mundo em uma encruzilhada

Após os mais de dois anos de isolamento social que o mundo viveu em função da pandemia de covid-19, a vida foi voltando à "normalidade". O emprego de aspas aí, para usar a palavra "normalidade", é mais do que um artifício retórico

Em primeiro lugar, não voltamos a uma condição de normalidade, porque os impactos da pandemia em nossas vidas, nas relações sociais em geral, foram tão profundos e diversos que ainda não conseguimos dimensioná-los direito. Em segundo, o período pós-pandemia é marcado por uma confluência de crises que afetam o planeta como um todo, destacando-se duas em especial: a crescente ameaça da escalada de guerras, as quais, hoje, ainda são regionais para uma dimensão mundial; e a crise climática, cujos efeitos já começam a fazer parte do nosso cotidiano.

A situação geopolítica mundial, que já era grave com a guerra na Ucrânia, envolvendo direta e indiretamente as principais potências nucleares do planeta, se agravou com a escalada da guerra no Oriente Médio, após os ataques inéditos e sangrentos que o Hamas desferiu em território israelense.

A resposta militar de Israel em Gaza, que não discriminou a estrutura do Hamas de alvos civis, incluindo escolas e hospitais, provocou uma ebulição em praticamente todo o mundo árabe e muçulmano. O que se viu nas últimas semanas não pode mais ser resumido a uma guerra entre Israel e

o Hamas, e vem caminhando para um conflito militar de consequências imprevisíveis. E, assim, como na Ucrânia, envolvendo direta ou indiretamente as chamadas superpotências nucleares.

A crise política internacional é tão mais grave na medida em que as instâncias internacionais, que deveriam ser espaços para a resolução e mitigação desses conflitos, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), vem expondo toda a sua impotência como órgãos de diálogo e negociação

O uso recorrente do poder de veto nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU vem inviabilizando qualquer busca de solução diplomática e mesmo para atender a demandas humanitárias básicas para socorrer a população civil de Gaza, que vem sendo massacrada. Nem o apelo dramático de organizações internacionais de assistência humanitária, como a Médicos Sem Fronteiras, vem sendo capaz de alterar esse quadro. Em um comunicado divulgado no final de outubro, essa organização relatou:

"Faltam profissionais nos hospitais, alimentos, água, abrigo seguro, medicamentos, equipamentos médicos e até mesmo combustível, o que significa que todos os pa-



Foto: Manuel Elias/ UN Photo

"O uso recorrente do poder de veto nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU vem inviabilizando qualquer busca de solução diplomática e mesmo para atender a demandas humanitárias básicas para socorrer a população civil de Gaza, que vem sendo massacrada"

cientes que estão atualmente em unidades de cuidados intensivos ligados a ventiladores mecânicos e bebês que estão em incubadoras poderão morrer por falta de eletricidade. Cirurgiões tiveram que operar crianças sem anestésicos adequados, pois eles não estão mais disponíveis. Cerca de 800 a 1.000 pessoas são feridas todos os dias em Gaza, e esse número inclui apenas aquelas que conseguem chegar a um hospital, o que tem sido um desafio pela ausência de lugares e passagens seguras".

A escalada da guerra, e, por consequência, das tragédias humanitárias, colocou em segundo plano outra escalada não menos grave para a humanidade como um todo: a da crise climática. No Brasil, já vivemos o cotidiano dessa escalada. Enquanto no sul do país, sucedem-se eventos climáticos extremos provocados por ciclones com chuvas e ventos intensos, na Amazônia a seca fez com que dois dos maiores rios do mundo, caudalosos e imensos, secassem

de um modo nunca visto. Nos últimos meses, a população de Manaus passou a respirar fumaça, fruto de incêndios, cotidianamente. E isso que ainda não chegamos no verão. Se a onda de calor extremo que atingiu países do Hemisfério Norte neste ano se repetir no Sul, esses fenômenos extremos podem se tornar ainda mais dramáticos.

Assim como ocorre no caso da guerra, a sucessão de eventos extremos e de relatos dramáticos sobre os seus impactos na vida da população mostra-se insuficiente para mobilizar uma articulação internacional efetiva à altura da gravidade dessas emergências globais. Durante a pandemia, tivemos um exemplo de como uma articulação desse tipo é possível e necessária para enfrentar problemas globais. Por alguns meses, o mundo se mobilizou em busca de um objetivo comum. Mas esse exemplo parece já ter sido esquecido e voltamos à "normalidade", que vai nos empurrando na direção da violência e da destruição.

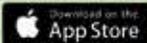
Dúvidas sobre seus direitos? Tá na mão, tá no App!

Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino



Baixe ou atualize o seu








A terapeuta Camila Nobre propõe mais envolvimento das escolas nos processos de inclusão

Autismo na escola: desafio a ser vencido em etapas

por Caren Souza

Com um número crescente de casos de autismo no sistema de ensino, professores encontram inúmeros obstáculos para realizar a inclusão. Desde a dificuldade na comunicação e no manejo desses alunos durante as crises, a elaboração de material pedagógico personalizado, a busca por instrumentos de avaliação diferenciados e, sobretudo, a falta de tempo para planejamento das atividades. O Sinpro/RS reivindica que as escolas assumam o compromisso de fazer a inclusão de alunos com deficiências, respeitando a carga horária dos docentes

A começar pela falta de dados concretos sobre incidência, diagnóstico e tratamentos, o Transtorno de Espectro Autista (TEA) impõe múltiplas barreiras à inclusão de crianças no sistema formal de ensino. Não há estatísticas confiáveis sobre esse tipo de deficiência no Brasil. Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu o tema do autismo no Censo. A estimativa preliminar é de 2 milhões de pessoas com autismo no país – perto de 10% da população. Nas escolas, o número de

crianças diagnosticadas com TEA não para de crescer.

De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, a incidência de autismo é de uma pessoa em cada grupo de 36 indivíduos. A referência talvez não retrate a realidade brasileira, mas é o parâmetro adotado em todo o mundo na falta de recortes mais localizados. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, estima um caso a cada 160 pessoas no Brasil.

Além dos casos de autismo,

as escolas também lidam com a inclusão de crianças com outras deficiências, o que impõe múltiplas realidades ao ensino.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022 do IBGE, são 18,6 milhões de pessoas, ou 8,9% da população do país, o contingente de brasileiros com deficiência. Para se ter uma ideia do quanto elas são excluídas da escola, basta notar que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiência é de 19,5%. Entre os não deficientes, esse percentual cai para 4,1%.

Frente ao crescimento dos casos, com uma legislação ainda recente sobre o assunto – a Lei Brasileira de Inclusão é de 2015 –, surgem grandes desafios ao sistema de ensino.

No cotidiano, o autista pode apresentar diversas dificuldades, como crises sensoriais e comportamento agressivo contra outras crianças ou autoagressão; seletividade alimentar severa, ecolalia (fala repetitiva), sensibilidade auditiva, necessidade de andar ou correr para regular as emoções, entre outros comportamentos.

Sobrecarga de trabalho aos professores

Foto: Igor Sperotto



Professores enfrentam sobrecarga de trabalho que se estende à noite e aos finais de semana, porque esse tempo não existe na carga horária, alerta Cecília Farias, do Sinpro/RS

Desde que foi sancionada, a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015) ainda encontra muitos entraves. No Rio Grande do Sul, professores do ensino privado lutam para dar conta de elaborar o planejamento, escolher o melhor sistema de avaliação para os alu-

nos e conduzir o dia a dia em sala de aula.

Conforme Cecília Farias, diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) e coordenadora do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), desde que a lei entrou em

vigor, os professores é que fazem a avaliação do estudante, bem como a adaptação de necessidades ao conteúdo, pedido de monitores, planejamento de atividades adaptadas e elaboração de instrumentos de avaliação diferenciados.

Nos últimos anos, o Sinpro/RS vem cobrando do sindicato das escolas (Sinepe/RS) uma posição em relação à responsabilidade das instituições de ensino quanto ao processo de inclusão de alunos com deficiência. Uma das reivindicações dos professores é que a Convenção Coletiva de Trabalho contemple todos os pontos elencados no parecer número 1 de 2022 do Conselho Estadual de Educação (CEED). "O parecer representa um avanço ao limitar o número de inclusões por turma, independentemente de laudo, pois um número grande de inclusões com características diferentes sobrecarrega ainda mais o trabalho docente", explica.

Cecília destaca que, mais do que cumprir a lei e implementar recursos nas escolas (a exemplo das salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE), é preciso tempo para planejar. "Hoje, o professor está muito asoberbado, trabalhando muitas vezes à noite e em finais de semana para dar conta de atender a todos os casos de inclusão, pois esse tempo não existe dentro de sua carga horária", enfatiza a dirigente.

O presidente do Sinepe/RS, Oswaldo Dalpiaz, argumenta que "o cenário exige dedicação, atenção e suporte aos educadores" e, em razão disso, "as escolas, dentro de suas possibilidades, buscam alternativas para apoiá-los e acompanhá-los. Aos poucos, novas formas de apoio serão implementadas a fim de que possam atender àqueles que necessitam de acompanhamento diferenciado".

Neurodivergência e acolhimento

A neurocientista Mayra Gaia, referência em TEA no Brasil, é taxativa ao dizer que a neurodivergência é a nova realidade da sociedade e as escolas precisam se capacitar. "O autista é completamente capaz de aprender, mas isso depende da acessibilidade à informação, que é muito específica nesse caso", ensina.

De acordo com Mayra, a realidade brasileira é de um sistema de educação ainda muito atrasado, em que raramente há interesse das escolas em construir um

sistema mais eficaz de inclusão. "Muitos professores me procuram por conta própria, em função de uma criança ou de um grupo de crianças que pretendem ajudar", relata. "Ainda é raro vemos escolas (diretorias) tomando a frente desse trabalho, o que seria o melhor", ressalta.

Ela diz que o ideal seria a adoção do Programa de Ensino Individualizado (PEI) por todas as escolas para avaliar não apenas os atrasos, mas também as potencialidades de cada estudante. "A

criança precisa de oportunidade para mostrar no que ela é boa e aprender o que é importante para a realidade em que ela vive, preocupando-se menos com a 'punição' em relação aos conteúdos em que ela não é boa", aponta.

Com acessibilidade específica à educação, o autista é completamente capaz de aprender, lembra a neurocientista Mayra Gaia



Foto: Instituto Singular/Divulgação

Construção do conhecimento

À frente do único serviço de semi-internação para crianças de difícil estabilização da América Latina, com assistência inclusive à família do paciente, Telma Pantano afirma que não há fórmula pronta para a inclusão: "É deixar de lado o método tradicional e investir na construção do conhecimento".

Telma é pós-doutora em Psiquiatria e coordenadora da Equipe Multi do Hospital Dia Infantil, do Hospital das Clínicas de São Paulo. A instituição atua na orien-

tação parental e no relacionamento com a escola. "As escolas raramente aceitam vir aqui ou mesmo avaliar a nossa proposta de material pedagógico", revela. Em 13 anos de trabalho, apenas uma instituição aceitou o convite.

Ela afirma que não há diferenças entre emoção e cognição, comportamento e aquisição pedagógica entre deficientes e não deficientes. São processos cerebrais que resultam em aprendizagem. "O professor estuda muito sobre os conteúdos, mas não

estuda sobre como o cérebro da criança aprende. O adulto, porém, precisa ajudar a criança a se regular em sala de aula. Precisa entender como vai acessar o aluno para ajudar na regulação emocional no momento em que ele se desorganiza em sala", explica.

É necessário entender como a criança autista aprende e investir na construção do conhecimento, recomenda Telma Pantano, do Hospital das Clínicas de São Paulo



Foto: Divulgação

Organização emocional



Foto: Igor Sperotto

Para o biólogo Giovanni Piva, que leciona para turmas inclusivas, inclusão de alunos com deficiência é "mais empatia do que técnica"

Para Camila Nobre, terapeuta ocupacional e responsável técnica da equipe multidisciplinar da

Doctor Clin em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Esteio e Canoas, a escola precisa ter um ambiente

para o/a aluno/a se acalmar em momentos de desregulação, um espaço mais calmo com itens que ajudam a criança. "Pode ser um colchonete, um brinquedo que ela goste ou até um travesseiro com cheirinho de casa. O importante é criar um ambiente positivo e capacitar os educadores para promover a inclusão nesse espaço", aponta. Ela recomenda que as escolas se envolvam nos processos de inclusão.

Para o biólogo Giovanni André Piva, na docência há 30 anos, abrir uma janela de comunicação com um aluno inclusivo é muito mais uma questão de empatia do que de técnica. E quando ele fala em inclusão, se refere à participa-

ção de toda a turma na inserção do aluno com deficiência.

Em uma de suas turmas de ensino médio do Colégio Maria Auxiliadora, de Canoas, o professor aplicou os princípios da inovação e do empreendedorismo para envolver os alunos, ao lhes explicar como ocorre o processo de inovação de uma *startup*. A resposta de um grupo de estudantes foi criar um aplicativo que ajuda as pessoas a se comunicar melhor com os autistas. "Tudo isso foi para ajudar um colega autista. Ele tem uma ligação muito forte com alguns alunos em função do gosto por videogames. Dessa forma, eles perceberam algumas limitações de comunicação e resolveram ajudá-lo", relata.

An advertisement featuring three images: a scientist in a lab coat holding a test tube, a dentist examining a patient's teeth, and a doctor in a white coat holding a clipboard. Below the images is a large orange banner with white text: "Pode comparar! Até os nossos preços são melhores." Underneath the banner, smaller text reads: "Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em: sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br" At the bottom, there are logos for Unimed, CCG Saúde, Nossa Senhora Intermedica, UNIODONTO, sinprosaúde, and SINPRO/RS Sindicato Cidadão.

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Unimed | CCG Saúde | Nossa Senhora Intermedica | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão

Comida ultraprocessada, mais letal que a violência

Foto: FreePik



por Elstor Hanzen

Pesquisa da Fiocruz e das universidades de São Paulo e Santiago, no Chile, revela que, em 2019, cerca de 57 mil brasileiros com idades entre 30 e 69 anos tiveram a vida ceifada prematuramente devido ao consumo de comidas e bebidas altamente processadas, enquanto o total de mortes por homicídios foi em torno de 45 mil no mesmo período

SAÚDE

Todos os anos o receituário tende a se repetir: vendas da indústria de alimentos crescem no fim de ano – panetões e refrigerantes estão entre os produtos que puxam a alta.

Os ganhos são ampliados nas indústrias de grande porte. Em consequência, o saldo negativo é da saúde dos consumidores de alimentos ultraprocessados: em 2019, foram aproximadamente 57 mil mortes prematuras de pessoas com idades entre 30 e 69 anos. Ou seja, mais de 155 óbitos que ocorreram por dia naquele ano estão relacionados ao consumo de comida ultraprocessada.

As evidências integram o estudo do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), Fiocruz, Universidade Federal de São Paulo e a Universidad de Santiago de Chile, divulgadas no *American Journal of Preventive Medicine* em 2022.

É a primeira vez que a ciência revela esse tipo de dado. Só para se ter uma ideia do problema, no ano recortado o número total de mortes por homicídios no Brasil foi de 45,5 mil, conforme o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Eduardo Nilson, pesquisador do Nupens/USP e um dos autores do trabalho, enfatiza que os resultados demonstram que os efeitos negativos da ingestão de ultraprocessados vêm crescendo ao longo dos últimos anos, “confirmando a associação desse consumo a mortes por todas as causas e por causas específicas, bem como risco

de muitas doenças”.

A pesquisa, afirma o cientista, é fundamental pelo ineditismo e pela robustez das estimativas epidemiológicas relacionadas ao consumo de produtos altamente industrializados e por sua relevância para apoiar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde e, principalmente, na orientação das políticas nacionais.

Segundo Nilson, é preciso apoiar medidas que promovam escolhas alimentares mais saudáveis, incluindo as agendas regulatória e fiscal. A regulação da publicidade e a tributação seletiva, ou ao menos sem redução de impostos, dos produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente são caminhos a perseguir, sugere.

A comparação com outras causas de mortes, como homicídios, ajuda a dar uma dimensão do problema de saúde pública que os ultraprocessados representam e revela a necessidade de políticas efetivas para enfrentá-los, acrescenta o pesquisador.

Sem esse enfrentamento, diz, a realidade tende a piorar muito e se assemelhar ao que ocorre nos EUA e no Reino Unido, onde os ultraprocessados respondem por 60% do consumo de alimentos. No Brasil, esse tipo de comida oscila em 20% da dieta da população adulta.

“Isso significa que a dieta dos brasileiros ainda é predominantemente composta por alimentos saudáveis (*in natura* e minimamente processados). Contudo, é necessário frear o consumo de ultraprocessados para que as doen-



Foto: Freepik

ças ligadas à alimentação não continuem a aumentar”, alerta.

Por serem de fácil acesso, práticos e mais baratos, os ultraprocessados geram muito lucro. As grandes empresas vêm expandindo rapidamente seu mercado nas populações mais vulneráveis, nas periferias e favelas do Brasil e da África. Nesse cenário, além do problema da qualidade, há o da quantidade, avalia a pesquisadora do Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Inês Rugani.

Embora o direito à alimentação esteja na Constituição, lembra a professora, muitas famílias não têm o suficiente para garantir uma alimentação mínima nem saudável.

“É preciso facilitar o acesso aos alimentos saudáveis na periferia, nas escolas, creches, com política pública, porque é uma questão de saúde pública”, sinaliza. Inês afirma que, em uma alimentação com esse enfoque, as crianças são as mais beneficiadas, pois auxilia na prevenção de obesidade e cáries, além de possibilitar a criação de hábitos

mais saudáveis a partir da infância.

“Fome deve ser combatida com comida de verdade”, alerta Nilson. A coordenadora de pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Ufrgs, Raquel Canuto, acrescenta que a alimentação saudável também evita uma série de doenças crônicas, como obesidade e hipertensão, além de certos tipos de cânceres e depressão.

Nos estudos do Nupens/USP, por exemplo, isso ficou comprovado: o maior consumo de ultraprocessados está associado a riscos 25% maiores de mortes por todas as causas e 29% maiores para doenças cardiovasculares, 20% para depressão e 31% para diabetes.

Em um estudo clínico randomizado da equipe de Nilson, um grupo de pessoas consumiu ultraprocessados e outro, somente alimentos *in natura* e minimamente processados. Ao final de duas semanas, as pessoas do primeiro grupo apresentaram um ganho de peso de um quilo. Enquanto isso, o grupo que consumiu alimentos saudáveis perdeu um quilo.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Nilson, da USP: pesquisa relaciona ingestão de ultraprocessados a adoecimentos e mortes



Foto: Igor Sperotto

“Acesso a alimentos saudáveis é questão de saúde pública”, alerta Inês Rugani, da Uerj

Rotulagem: Anvisa se rende ao lobby da indústria

Laís Amaral, coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), lembra que, em 2014, entidades e sociedade civil passaram a cobrar informações mais claras e inteligíveis nas embalagens dos alimentos processados e ultraprocessados.

A rotulagem nutricional foi finalizada em 2020, quando a Anvisa aprovou o selo frontal com a lupa "alto em" (açúcar adicionado, sódio, gordura saturada, etc). A nova

norma só entrou em vigor em outubro de 2022.

O prazo para a adequação da maioria dos produtos alimentícios com tais nutrientes críticos se encerraria em 9 de outubro de 2023. No mesmo dia, entretanto, a Anvisa publicou uma resolução (RDC nº 819/2023), prorrogando o prazo para outubro de 2024.

"Essa publicação foi uma surpresa para todos que acompanham de perto o tema da rotulagem. Só resta desconfiar e lamentar que, no apagar das luzes, a Agência tenha

decidido atender a empresas que provavelmente foram ineficientes e descompromissadas com os direitos do público-consumidor e desinteressadas em cumprir uma importante regra", reagiu o diretor de Relações Institucionais do Idec, Igor Britto.

Laís ressalta que a decisão não foi debatida com a sociedade e prejudica o direito de as pessoas serem informadas sobre o excesso de nutrientes críticos em produtos alimentícios.

"Essa atitude é danosa à repu-

tação da agência reguladora, até então conhecida por ser técnica e independente", avalia.

A professora aposentada da Faculdade de Medicina da Ufrgs Noemia Goldraich, que foi uma das principais mobilizadoras do processo de rotulagem no RS, classifica a decisão como retrocesso e uma imoralidade. "A luta é desigual. A indústria é muito poderosa e age onde menos se espera. É capaz de reverter até mesmo decisões já estabelecidas da Anvisa", denuncia.

Foto: Adverso/Divulgação



"A indústria é muito poderosa e age onde menos se espera", aponta Noemia, da Ufrgs

Foto: Reprodução



Anvisa jogou com a sua reputação ao prorrogar prazo da rotulagem, lamenta Laís, do Idec

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?



Sossego para estudar?



Nova orla do Guaíba?



Show e espetáculos?



25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do
PROFESSOR
Hotel



Foto: Maurício Tonetto/ Governo RS

Município de Lajeado inundado pela cheia do Rio Taquari, após ciclone extratropical que atingiu 87 municípios gaúchos em setembro

Tempestades de granizo antecederam ciclones no RS

por Sílvia Marcuzzo

Para entender um evento meteorológico que destruiu o telhado da sua casa na infância, em Rio Grande, Bruna Gautério foi estudar a formação e a queda de granizo no estado. Como doutoranda da Ufrgs, ela fez uma descoberta relevante: as condições climáticas sempre favoreceram as tempestades de gelo sobre o território gaúcho e elas podem anteceder outros fenômenos extremos, como a aproximação dos ciclones extratropicais que provocaram destruição e mortes neste ano – foram nove ciclones em três meses. Com o avanço do aquecimento global, houve um aumento na frequência e na intensidade das tempestades de gelo, revela a pesquisa, à qual o Extra Classe teve acesso com exclusividade

Uma chuva intensa de granizo marcou não só a infância, mas também a vida de Bruna Cavalcanti Gautério. Em julho de 1998, quando tinha quatro anos, foi levada às pressas durante o temporal para o único cômodo com telhas de barro na sua casa. Era o lugar sem rombos provocados pelas bolas de gelo e que não foi atingido pela ventania.

“A casa de madeira dos meus pais, no bairro Lagoa, teve a cobertura e todos os bens materiais que estavam sob guarda desse

telhado destruídos”, recorda. Essa situação ocorreu em Rio Grande, cidade onde até hoje Bruna mora e trabalha, como professora de Geografia do ensino fundamental, anos finais de uma escola privada, e também como docente substituta do curso Técnico em Geoprocessamento do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande.

O que deu para salvar foram o colchão da cama de casal, a televisão e o fogão. O restante foi danificado pelas pedras e pela

chuva que alagou a casa. A precipitação de granizo durou cerca de quatro minutos. “Permanecemos nessa mesma casa e nos recuperamos mediante doação de lonas e de telhas por parte do chefe do meu pai na época. Essa lembrança já estava em mim antes mesmo de entrar na universidade, pois quando os temporais aconteciam, eu ficava com medo e ansiedade”, revela. Ela aproveitou a experiência para estudar o fenômeno em seu trabalho de conclusão de curso, no mestrado e, agora, voltou

ao tema no doutorado.

“Isso me motivou a estudar formas para auxiliar as pessoas a se prevenirem diante de cenários semelhantes em um futuro não muito distante,” explica a doutoranda.

O mestrado foi voltado para uma análise socioeconômica diante da precipitação de granizo em Rio Grande. No doutorado, no qual está em fase de qualificação, ela fez descobertas sobre a ocorrência de precipitação de pedras de gelo na região sul do Brasil, a mais afetada pelo fenômeno.

Aumento de ocorrência de granizo no estado

As características do ambiente atmosférico e a localização geográfica do território gaúcho são muito propícias a eventos extremos, como enchentes, granizo e ciclones extratropicais, o que ficou muito evidente neste ano.

O jornal *Extra Classe* teve acesso com exclusividade à pesquisa de Bruna. O trabalho é orientado pelo professor Francisco Aquino, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Centro Polar e Climático da Ufrgs, e caracteriza os registros e reconhecimentos de granizo nos últimos 32 anos na Região Sul.

Os dados são relevantes porque evidenciam que a formação de nuvens convectivas, denominadas *Cumulonimbus*, e os Sistemas Convectivos de Mesoescala, os quais são os aglomerados desse tipo de nuvens, chuva intensa com

alto volume de água em um curto período de tempo, granizo e vendaval estão provavelmente intensificados.

“Esses sistemas convectivos são disparados com a aproximação dos sistemas frontais, comumente associados aos ciclones extratropicais. Isso é um dado que precisa ser considerado por governos e Defesa Civil para ações de prevenção a desastres”, aponta Aquino.

A passagem de outros sistemas atmosféricos também pode desencadear a formação dessas nuvens e das pedras de gelo, assim como a atuação e influência do El Niño.

O trabalho, que foi encaminhado para publicação em uma revista científica, mostra que o Rio Grande do Sul é o estado da Região Sul com o maior número de ocorrências nos últimos 17 anos,

Foto: Arquivo Pessoal



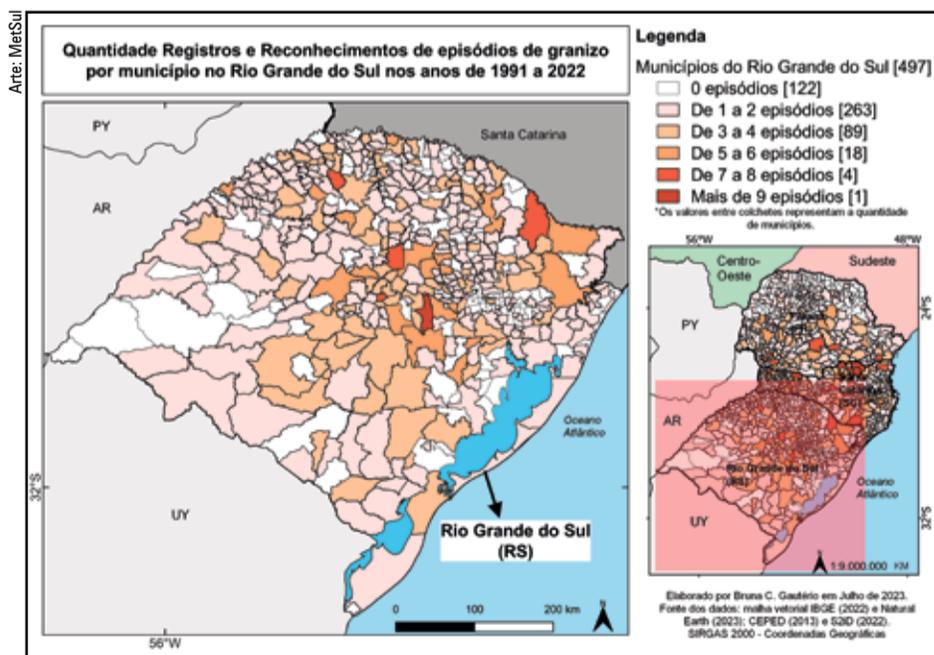
“É difícil conseguir dados de granizo na Defesa Civil municipal por vários quesitos, principalmente políticos”, aponta Bruna

comparado a Santa Catarina e Paraná.

“Se aumentou a ocorrência de granizo, é porque há mais tempestades intensas. E na região de Mucum, Lajeado e Estrela, no Vale do Taquari, registrou-se granizo dias antes da inundação, indicando

que o ambiente atmosférico estava propício para eventos extremos de precipitação”, explica o professor Aquino. Outro aspecto levantado pelo pesquisador é sobre o tamanho das pedras de gelo, que tem aumentado. Há registros de pedras do tamanho de um ovo de galinha.

Municípios atingidos por granizo



Nos últimos 32 anos, Santa Cruz do Sul teve nove episódios de granizo, recorde no estado

Até 9 de outubro, 34 municípios tiveram situação de emergência declarada pelo estado devido à ocorrência de granizo, de acordo com a Defesa Civil do RS.

No dia 26 de setembro, a precipitação de gelo provocou estragos em Canoas. Foram contabilizadas 2.513 demandas, com distribuição de 3,9 mil cortes de lonas de 30 metros quadrados para cobertura de telhados danificados. A ação integra um plano emergencial do município para enfrentar eventos climáticos impactantes. Em maio deste ano, foi criado o Escritório de Resiliência Climática (Eclima), um serviço pioneiro no estado. A

vanguarda está no trabalho de identificação de riscos climáticos e na atuação rápida diante de vulnerabilidades.

“Foi criado um Comitê de Gestão de Riscos, que é um Centro Integrado de Controle de Comando, em que o Eclima detém a liderança situacional trabalhando na transversalidade com outras diversas secretarias, sejam elas operacionais ou assistenciais”, afirma o secretário-chefe do Eclima de Canoas, Aristeu Ismailow.

Entre as ações práticas, estão comunicados e alertas, com a maior antecedência possível, de previsão de chuvas fortes, ventos,

AMBIENTE

raios, ocorrência de granizo e as consequências do impacto dos eventos extremos na cidade.

Os alertas são classificados em três níveis: Aviso, Alerta ou Emergência, de acordo com o grau de gravidade. Por meio da Defesa

Civil, o Eclima promove monitoramentos preventivos, com vistorias em áreas alagadas ou com inundações, assim como atividades de conscientização ambiental e ações humanitárias em apoio às pessoas atingidas pelos eventos climáticos.

Mapa de calor

No mapa de calor, as localidades do RS em que existem maiores concentrações de granizo têm cores mais fortes.

Nas regiões centro-norte e parte do litoral norte, há ocorrência significativa também associada ao tipo de relevo. Regiões mais elevadas são barreiras geográficas que tendem a favorecer a formação e o desenvolvimento de tempestades.

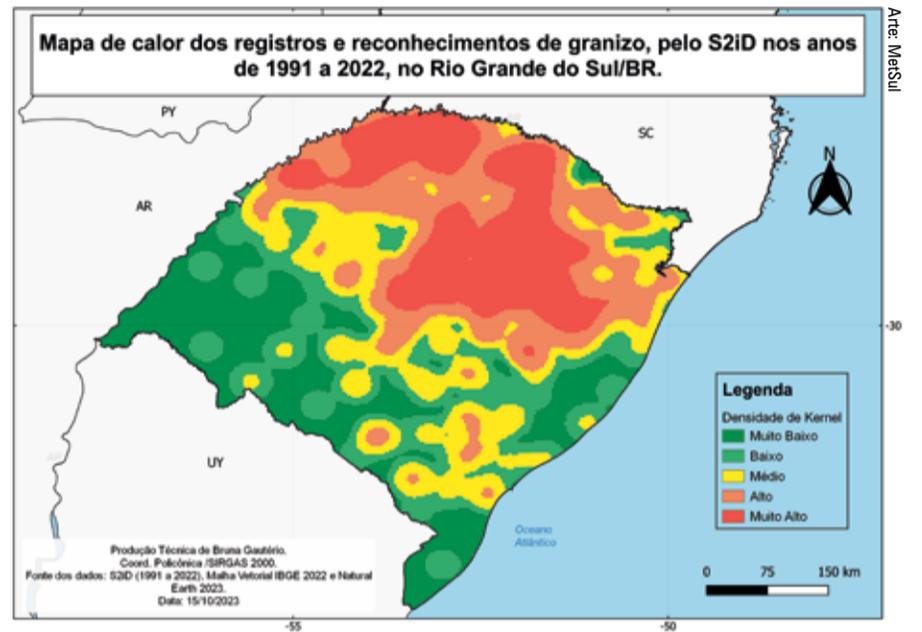
Existe uma tendência recorrente de quedas em relevos acima de

500 metros de altitude e em locais mais distantes do oceano, ou seja, mais para o interior continental – o efeito da continentalidade, também, intensifica a formação das temíveis *Cumulonimbus*, as nuvens gigantes carregadas de gelo que provocam granizo.

Áreas em vermelho indicam regiões com maior incidência de granizo nas últimas duas décadas

No RS, nos últimos 32 anos, Santa Cruz do Sul sofreu com nove episódios de granizo, o recorde entre os municípios gaúchos. Na pesquisa, Bruna considerou somente municípios que não obtiveram capacidade de ação para

uma resposta imediata e necessitaram de decretos de auxílios em nível federal. Isso quer dizer que podem ter ocorrido outros eventos com precipitações de granizo que não foram registrados em um sistema nacional.



Desafios para obtenção de dados



Foto: Defesa Civil RS

“É muito difícil conseguir dados de granizo diretamente nos órgãos de Defesa Civil municipal por vários quesitos, principalmente políticos”, lamenta Bruna.

Por isso, a pesquisadora se baseou no que havia disponível: os Atlas de Desastres Naturais do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina, com dados dos estados de 1991 a 2012.

Ela também recorreu ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), o qual apresenta, a partir de 2013, os decretos municipais homologados de situação de emergência e estado de calamidade pública.

O S2iD reúne diversos serviços da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec). É onde as informações sobre desastres são sistematizadas. Por lá, é possível consultar e acompanhar os processos de reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Além disso, o sistema fornece informações sobre transferências de recursos para ações de reconstrução e oferece informações sobre a gestão de riscos e desastres com base em dados oficiais.

“Meus alunos constantemente me perguntam sobre o termo da ‘Ebulição Global’ e questionam se realmente o cenário climático é tão catastrófico quanto as mídias

mostram”, ilustra Bruna.

Ela entende que é fundamental, mais do que nunca, abordar o tema das mudanças climáticas, pois o conhecimento e a divulgação científica cumprem um papel importante para enfrentar a crise climática, a ignorância e as constantes *fake news* sobre o clima e os riscos para todos os seres do planeta.

“Dentro da sala de aula, busco ressaltar a importância de falarmos sobre as mudanças climáticas e como isso impacta no mundo inteiro e principalmente em nós, que moramos em um município plano (Porto Alegre) e com poucos metros acima do nível do mar”, observa a professora.

Na região de Muçum, Lajeado e Estrela, houve queda de granizo dias antes da inundação

Dinheiro parado na conta não cresce.

Descubra como investir para ver seu dinheiro crescer de verdade.

Ingresso agora!

www.familiaprevidencia.com.br

FAMÍLIA PREVIDÊNCIA
100% PROTEÇÃO. Seu futuro investido.

INSTITUIÇÃO
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



O que queremos com as prisões?

A reforma prisional interessa muito mais às pessoas em liberdade do que às pessoas presas. Em larga medida, essa reforma exige uma nova política criminal

Foto: Luiz Silveira/Agência CNU



No Brasil, há temas malditos. Tocá-los é uma decisão que demanda coragem cívica, um produto escasso no mercado. A reforma prisional é um desses temas. Quantas lideranças políticas no Brasil estão, neste momento, envolvidas com a necessidade de transformar a realidade penitenciária nacional de forma a retirá-la da prateleira da vergonha nacional? Sinceramente, não sei.

Observe-se que não estou mencionando um problema menor, mas perguntando sobre o engajamento na busca de soluções para uma das questões mais desafiadoras do Brasil, do qual depende, em larga medida, toda política de segurança que mereça esse nome.

A pergunta deve ser ampliada, além da representação política e dos gestores públicos, para o Poder Judiciário e os órgãos autônomos. A respeito dessa responsabilidade, aliás, recomendo muito a entrevista que fiz para *Crítica & Controle* com o professor Daniel Sarmiento, um dos grandes juristas brasileiros.

A pergunta a respeito dos esforços pela transformação do sistema penitenciário é ainda mais pertinente, desde 2015, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a realidade de nossas prisões como um "Estado de Coisas Inconstitucional" (ADPF 347).

O conceito, vale lembrar, foi criado pela Corte Constitucional da Colômbia para indicar a necessidade de uma resposta de especial complexidade diante de casos de massivas violações de direitos humanos, decorrentes de falhas estruturais e da ausência de políticas públicas.

Diante de realidades dessa natureza, as respostas tradicionais de responsabilização individual se revelam ou impossíveis ou incapazes de produzir efeito significativo. Por isso, a caracterização de um "Estado de Coisas Inconstitucional" demanda a construção de uma resposta coordenada entre todos os poderes e órgãos que, para tanto, devem apresentar os seus planos.

Atualmente, assinale-se, há outras Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) sendo examinadas pelo Supremo que sugerem o emprego do mesmo conceito de "Estado de Coisas Inconstitucional", envolvendo temas como o racismo estrutural e a destruição ambiental. Muito bem, mas o que foi feito, desde 2015, para superar a realidade de "Estado de Coisas Inconstitucional" do sistema penitenciário?

Há uma forma bem simples de ignorar essa pergunta quando se imagina que esse seja um assunto que interesse aos presos e que, por decorrência, não diz respeito às demais pessoas cumpridoras de suas obrigações legais.

Não vou sequer examinar o pressuposto metafísico dessa divisão entre as pessoas em duas naturezas fixas, mas afirmo que a reforma prisional interessa muito mais às pessoas em liberdade do que às pessoas presas. Em larga medida, essa reforma exige uma nova política criminal. Explico.

O processo de encarceramento massivo no Brasil tem sido alimentado, basicamente, pela fracassada política de guerra às drogas. Por conta dela, estamos prendendo centenas de milhares de jovens pobres, em sua maioria negros, residentes em nossas periferias.

Tais prisões, quase sempre em flagrantes presumidos – o que envolve o encarceramento também de usuários como se traficantes fossem –, não produzem qualquer impacto no modelo de negócio do tráfico, que substitui rapidamente sua mão de obra.

Superlotar prisões, entretanto, inviabiliza políticas eficientes de tratamento penal e está na base da formação e do fortalecimento das facções criminais, todas elas surgidas dentro dos presídios brasileiros.

A política criminal produtora desse tipo de encarceramento está muito provavelmente vinculada ao aumento dos roubos, porque as drogas apreendidas pelas polícias terão de ser pagas aos fornecedores. O alegado "prejuízo" das apreensões é quase sempre ilusório porque é suprido pela migração do crime, de forma a se manter a "regra de ouro" do modelo de negócio que é: "no tráfico não há devedores".

A guerra contra as drogas, no mais, drena grande parte dos esforços e dos recursos das polícias que, não fosse essa demanda, poderiam se dedicar à investigação e à repressão de crimes mais graves, como homicídios, feminicídios, crimes sexuais e corrupção. Por conta disso, temos um custo de oportunidade que é cada vez mais impressionante quando se vê o pequeno percentual de presos condenados por crimes contra a vida e por crimes sexuais.

Abandonar os presos e as presas ao destino que as facções lhes reservam e tratá-los da pior forma possível, não apenas privando-os da liberdade, mas lhes impondo toda a sorte de humilhações, brutalidades e restrições. É, finalmente, uma ótima ideia para estruturar e ampliar as dinâmicas criminais, um resultado cuja conta é paga por todos nós.

Ao invés de uma execução penal vocacionada para a formação profissional e a educação, ao invés da construção de uma política pública com base em evidências, jogamos a chave fora e mudamos de assunto. Nesse resultado, incrivelmente, todos os governos se encontram e confraternizam.

Sinpro/RS propõe remuneração especial para trabalho adaptado

Professores que trabalham com turmas inclusivas no ensino privado devem ter uma remuneração diferenciada da jornada convencional

O Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) está encaminhando ao Sinepe/RS, entidade que representa as instituições de ensino, a retomada das negociações em torno da remuneração e da jornada de trabalho docente em turmas inclusivas.

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular é um tema muito debatido na sociedade e nas escolas e, neste ano, contou com diversas ações do Sinpro/RS para garantir que todos possam participar desse processo.

A legislação somente não assegura o direito dos estudantes.

É necessário que as direções das instituições de ensino ofereçam aos docentes as condições para a real inclusão. Ainda em novembro, a entidade fará reuniões com direções e mantenedoras para chamar a atenção da necessidade de maior investimento das escolas nos professores, destinando tempo de estudo e trabalho dirigidos à diversidade.

“A iniciativa visa remunerar o excesso de trabalho de quem leciona para turmas inclusivas e não recebe pelas horas-aula necessárias à elaboração do trabalho adaptado, apesar de fazer a diferença para uma real inclusão escolar”, explica Cecília Farias,

diretora do Sinpro/RS.

De acordo com a dirigente, grande parte das instituições de ensino privadas não vem cumprindo integralmente a legislação sobre inclusão escolar. Não oferecem estrutura física adequada e/ou não contratam pessoal de apoio, como prevê a Lei.

“Os docentes que lecionam para turmas inclusivas acabam assumindo a inclusão na prática. Isso representa jornadas estendidas para o planejamento e preparação de aulas e materiais especiais. O acréscimo de trabalho que isso demanda para além da jornada contratada não é remunerado pelas escolas”, explica Cecília, que coordena o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP).

MINISTÉRIO PÚBLICO – O Sinpro/RS levou mais uma vez ao Ministério Público o descum-

primento do marco legal sobre inclusão por parte das escolas. Foram dez audiências com as Promotorias de Justiça Regionais de Educação (Preduc), nas quais o Sindicato destacou que a inclusão de estudantes com deficiência tem sido negligenciada pelas instituições de ensino privado, o que resulta em jornadas extraclasse não remuneradas e fragilidade nos resultados dessa inclusão.

A categoria reivindica, ainda, o cumprimento de parecer do Conselho Estadual de Educação (CEEd/RS), o qual estabelece a inclusão de, no máximo, três estudantes com deficiência, TEA e AHSD por turma. A normativa também determina que as escolas devem optar entre a contratação de profissional de apoio escolar e a redução do número máximo de estudantes por turma.

PROFISSÃO PROFESSOR

Seminário aponta expansão sem critérios e precarização na EaD

A 5ª edição do Seminário Profissão Professor debateu, no dia 27 de outubro, o crescimento da Educação a Distância (EaD) e os impactos dessa expansão na qualidade do ensino e nas condições de trabalho dos professores. O evento foi realizado pelo Sinpro/RS, com o apoio do Sinpro/Noroeste, Sinpro/Caxias e Feteesul.

Além de denunciar o comprometimento do processo educacional e as ameaças que a EaD representa para a profissão docente, o seminário apontou linhas de ações política e jurídica para a defesa da educação de qualidade e delineou estratégias de luta das entidades em defesa das condições de trabalho dos professores.

“A EaD, nos seus muitos e variados formatos, expandiu-se no Brasil de forma desordenada, pautada fundamentalmente, senão exclusivamente, pelos interesses econômicos e financeiros dos empresários do ensino privado”, pontuou Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

O vice-reitor da Unisinos, Artur

Eugênio Jacobus, e o pesquisador Júlio Bertolin abordaram o crescimento e a mudança no perfil dos alunos que concluem a educação superior a distância. Também foram painelistas o diretor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Jaime Giolo, o professor e diretor do Sinpro/RS Rodrigo Perla Martins, a procuradora regional do Trabalho em São Paulo (SP), Adriane Reis de Araújo. O advogado Henrique Stefanello Teixeira abordou as condições de trabalho diante das novas tecnologias.

“A expansão da EaD trouxe uma série de problemas trabalhistas difíceis de serem resolvidos, como a desterritorialização das ofertas educacionais, em contraposição à limitação territorial dos sindicatos”, destacou Marcos Fuhr.

Ao final, foi aprovada uma carta aberta ao ministro da Educação, Camilo Santana, aos conselhos estadual e nacional de Educação e ao Congresso Nacional, manifestando preocupação com a

predominância de estudantes nessa modalidade e solicitando “a revisão urgente de toda a regulação da EaD com vistas ao seu aperfeiçoamento e real sintonia com os princípios da educação superior”.

O documento registra que a expansão da EaD “constitui um fato sem paralelo dentre os países referência em Educação no mundo” e alerta que “tamanha proliferação” atendeu prioritariamente aos interesses econômicos e financeiros dos grandes grupos empresariais do ensino. Aponta que essa trajetória “permissiva do arcabouço regu-

latório” resulta em “formação precária e deficiente dos egressos” e se alicerça na “precarização das condições de trabalho, de saúde e do empobrecimento dos professores”.

As representações do ensino privado pedem a revisão urgente de toda a regulação da EaD, comprometimento efetivo com a qualidade, definição de exigências rigorosas para aprovação e reconhecimento de cursos a distância; e fiscalização, avaliação e encerramento de cursos e/ou instituições que não cumpram os indicadores do Sinaes, entre outras reivindicações.



Seminário aprovou carta aberta ao MEC sobre condições de trabalho na EaD

Profissional, instituição e projeto receberam a *Pena Libertária*

Os ganhadores do Prêmio Educação RS 2023 foram agraciados com o troféu *Pena Libertária* nas categorias Profissional, Instituição e Projeto, em cerimônia realizada no dia 20 de outubro no Farol Santander, Centro Histórico de Porto Alegre.

Eleitos em votação *on-line* pelos professores associados ao Sinpro/RS, comissão julgadora e direção do Sindicato, os vencedores haviam sido anunciados no dia 16.

Na categoria Profissional foi agraciada a professora Heloiza Matilde Rabeno, do Instituto de Educação General Flores da

Cunha, de Porto Alegre. Na categoria Instituição, o Instituto Superior de Educação Ivoti (Isei), de Ivoti. O vencedor na categoria Projeto foi *Da Rua Para Nóia*, da Universidade Feevale, de Novo Hamburgo.

Desde sua criação, já foram agraciados 24 profissionais, 27 projetos e 24 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.

HOMENAGEADOS – Os professores e ex-diretores do Sinpro/RS Celso Stefanoski, Enécio Silva, representado pelo filho Cristian; Maria Lúcia Iserhard e Suzana de Paula foram homenageados pela atuação no Sindicato e dedicação à docência.

Foto: Igor Sperotto



Vencedores do Prêmio Educação RS 2024 receberam o troféu *Pena Libertária*

Adulbra encerra atividades

Em assembleia realizada no dia 3 de agosto, a direção colegiada da Adulbra colocou em votação o encerramento das suas atividades e a destinação dos seus recursos financeiros para entidades e projetos assistenciais, como determinava seu estatuto.

A entidade contava com cerca de 100 associados, que acompanharam a crise da instituição, com o encerramento de cursos e o desligamento de muitos docentes.

O diretor da Adulbra, Honor de Almeida Neto, destacou que a entidade teve uma trajetória de participação nas mobilizações e ações do Sinpro/RS em defesa dos direitos e da empregabilidade dos professores da Ulbra. O encerramento das atividades se deveu à crise da educação superior e à mudança do perfil institucional da

universidade e sua mantenedora.

“Negociar, discutir e reivindicar junto à Aelbra questões de cunho trabalhista são atribuições exclusivas do Sindicato”, ressaltou.

Os recursos que constavam no caixa da Associação quando da decisão pela sua descontinuidade estão sendo divididos entre entidades com iniciativas assistenciais, conforme determina o estatuto da entidade.

“O Projeto Professores Solidários do Sinpro/RS foi o primeiro beneficiado. Os valores doados estão sendo destinados às vítimas das enchentes e aos professores atingidos”, informou. Outras entidades assistenciais, como a Apae de Canoas e o Lar São José, também foram contempladas com doação de recursos da Adulbra. Criada em 1988, em meio à mobi-

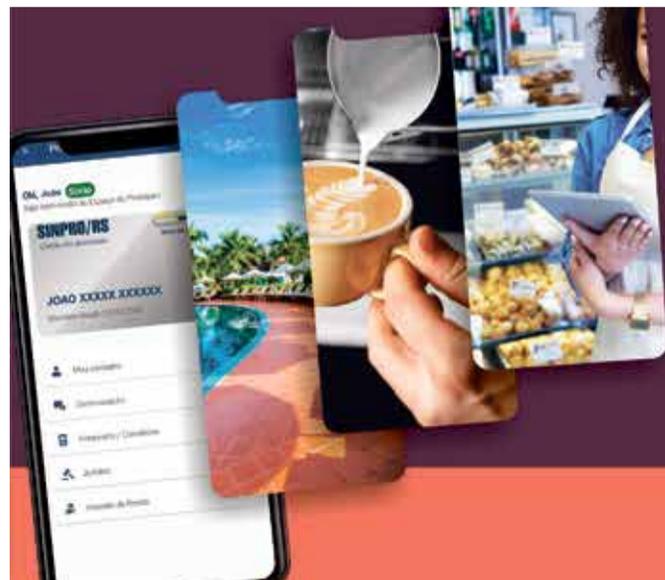
lização de professores, que culminou com uma das maiores greves do ensino privado no estado, a entidade passou a se chamar Associação de Docentes da Universidade Luterana do Brasil (Adulbra) em 17 de abril de 1991.

Diretores e ex-diretores do Sinpro/RS marcaram sua passagem pelos quadros da Adulbra, a exemplo dos professores Ângelo Prando, que presidiu a entidade de 2010 a 2020; e dos diretores Jeferson Cunha e Honor de Almeida Neto.

Ao recordar a história da entidade, Prando, que foi professor da Ulbra durante 31 anos e presidiu a Adulbra por uma década, destaca o movimento *Fora Becker*, que em 2009 culminou com a “queda do império” do então reitor da Ulbra. “Desse grupo surgiu uma nova

Adulbra com mais legitimidade para representar os professores”. Ele lamenta que o quadro de crise na instituição tenha desmobilizado os docentes e enfraquecido a entidade a ponto de torná-la “quase sem interesse”. “O encerramento foi inevitável.”

A Adulbra destinou R\$ 70 mil ao Professores Solidários para ampliar o auxílio do projeto às comunidades quilombolas e indígenas. A campanha leva mais alimentos, agasalhos, água e insumos a famílias também da população urbana da capital e região metropolitana, contemplando, inclusive, professores vítimas dos ciclones. Em maio, a Associação de Ex-Docentes da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre UniRitter encerrou suas atividades e repassou R\$ 92 mil ao Professores Solidários.



Seu Cartão do Associado agora também é virtual e está no novo App do Sinpro/RS.

Mais prático, mais completo e mais fácil de economizar.

Mais de 500 convênios em produtos e serviços com descontos para você.

Baixe ou atualize o seu



SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Professores do Sesi e Senai antecipam negociações coletivas de 2024

Os professores que atuam na educação básica e superior da rede Sesi e Senai no Rio Grande do Sul serão a primeira categoria do ensino privado gaúcho a ter negociações coletivas com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024.

A assembleia geral virtual convocada pelo Sinpro/RS para o dia 9 de novembro será o momento de discutir e deliberar sobre a proposta de pauta e assuntos de interesse dos docentes do Sistema Fiegs.

Para que os professores possam optar pelo melhor horário, a Assembleia será realizada em dois momentos: às 16h e às 19h. O encontro antecede a negociação com o Sindicato Patronal (Sindepars), que deve ocorrer ainda em novembro.

“A data-base da categoria é 1º

de janeiro, mas as negociações vão ocorrer agora em novembro e os professores irão definir uma pauta para negociar e depois avaliar em assembleia”, explica Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

VOTAÇÃO – O link de acesso à sala virtual de reuniões foi encaminhado para o e-mail que cada professor cadastrou no sistema do Sindicato.

Após a conclusão da Assembleia, os docentes decidirão, em votação específica até a 0h do mesmo dia, se aprovam ou rejeitam a proposta. A cédula virtual será enviada para o e-mail cadastrado no Sindicato. Cada professor poderá votar uma única vez.

Terminada essa etapa, as representações sindicais iniciarão o processo negocial, que se encerrará com a definição de uma proposta para Acordo pelos professores.



Sinpro/RS e Sindepars começam negociações dos professores do Sistema Fiegs após definição da pauta

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers

Benefício com tempo reduzido

É constante a inquietação com a aposentadoria de professor. Não é mais especial, mas ainda remanescem diferenciações.

No dia a dia dos atendimentos de professores e de outros trabalhadores submetidos a exercícios de atividades diferenciadas, não nos cansamos de ser inquiridos: ‘Não tenho direito à aposentadoria especial?’

Não... e sim...

Os professores no exercício do magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, como regra geral, possuem direito à aposentadoria com tempo reduzido e idade diferenciada.

Essa situação foi resolvida diante de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), quando da discussão quanto à aplicação de Emenda Constitucional de 1981, sim, há mais de 40 anos, pois desqualificou a aposentadoria como especial, definida como de *tempo reduzido*.

Também estão enquadrados nessa proteção social os professores no exercício de atuação como supervisores, orientadores e demais profissionais que atuem na ação pedagógica, estes também com o direito à aposentadoria *diferenciada com tempo reduzido*.

Outras situações podem levar a cabo uma possível aposentadoria especial, a qual possui outros requisitos que não a de professor e suas regras específicas.

Essa aposentadoria especial exige exercício de atividade exposta a agentes nocivos, agressivos à saúde do trabalhador, diferindo daquela geral, pois esses agentes podem ser físicos (calor, frio, etc.), químicos (óleo, graxa, hidrocarboneto, etc.), biológicos (fungos, bactérias,

etc.) ou associação desses agentes.

Veja-se o caso do professor de Química em laboratório de experiências e aulas práticas. Essa situação seria peculiar para lhe garantir outra espécie de benefício, não a de professor simplesmente, mas o acesso à aposentadoria especial. O mesmo se daria com o professor das áreas de manuseio com agentes biológicos ou físicos.

Essa diferenciação de benefícios deve se dar à luz do tempo e das regras que foram se alterando. Alguns exemplos, como os professores de marcenaria em escolas técnicas estão expostos ao ruído em valores superiores ao limite legal; outros, também em escolas técnicas ou mesmo no âmbito universitário, a hidrocarbonetos e associações de agentes, com biológicos. Certo que há requisitos tão ou mais restritivos em relação à aposentadoria do professor; entretanto, é indispensável que tais situações sejam analisadas e confrontadas, pois, numa ou noutra situação, podemos nos deparar com a concessão de uma das espécies que seja *menos vantajosa que outra*.

Essas situações também devem ser analisadas ao tempo da lei, o que se denomina direito adquirido em face de alterações de normas, pois muitas foram as reformas impostas aos segurados da previdência social, restritivas de direitos.

Ao não compreendermos a diferenciação entre uma e outra espécie de aposentadorias, muitas vezes podemos estar recebendo um benefício aquém do devido, sendo importante verificarmos o correto benefício a ser concedido, sempre lembrando: o prazo para qualquer revisão possível é de dez anos do primeiro recebimento do benefício.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Negociações coletivas de professoras começam em janeiro

O Sinpro/RS inicia em janeiro de 2024 um processo negocial com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) das escolas comunitárias de educação infantil. As instituições não tinham representação patronal até o final deste ano, sendo, agora, representadas pelo Sindicato das Entidades Beneficentes, Religiosas ou Filantrópicas no Estado do Rio Grande do Sul (Sinibref).

Desta forma, os acordos individuais negociados pelo Sinpro/RS com diferentes escolas, desde setembro terão validade até 31 de dezembro. Os documentos visam regularizar a situação das relações de trabalho das docentes dessas instituições.

Ao todo, 23 escolas têm acordo firmado, o que, para a diretora do Sinpro/RS Margot Andras, é um importante avanço. "O reconhecimento da função de professor é fundamental para a valorização dessas profissionais. Essa é uma importante ação do Sinpro/RS para que as professoras tenham seus direitos garantidos", avalia.

CCT ESPECÍFICA – A partir do próximo ano, as professoras passarão a ter uma CCT própria, com cláusulas e definições específicas para sua função. Ainda segundo Margot, o documento irá garantir os direitos dessas trabalhadoras. A data-base da categoria será 1º de janeiro.

Foto: Divulgação



Diretores de escolas conveniadas assinaram acordo com o Sinpro/RS

DIA DO PROFESSOR

Sindicato promove confraternização em todo o estado

O Dia do Professor foi comemorado pelo Sinpro/RS com diferentes atividades em todo o estado. Foram realizados jantares, cafés, reuniões e entrega de brindes para os docentes, além dos já tradicionais Baile do Professor, em Porto Alegre, e Torneio Esportivo de futsal e vôlei misto.

As atividades reuniram centenas de professores na capital e no interior. No dia 6 de outubro, um jantar no restaurante Pizza Place abriu as comemorações em Bento Gonçalves. Em Guaporé, a categoria foi recepcionada com um café da manhã, no dia 7. Também foram organizados jantares comemorativos em Carlos Barbosa, no dia 11; e em Santa Maria, no dia 17. Em outros municípios e regiões do estado, houve comemorações. Além dos encontros promovidos pelo Sindicato,

foi feita a entrega de brindes e atividades especiais diretamente nas instituições de ensino.

Em Porto Alegre, no dia 7 de outubro, aconteceu mais uma edição do Torneio Esportivo, contando com seis times de futsal e 11 times de vôlei, formados por professores e funcionários de diversas instituições de ensino. No futsal, o time do colégio Monteiro Lobato – Boa Vista foi o campeão. No vôlei misto, a final será decidida no dia 10 de novembro, entre as equipes do Colégio Maria Auxiliadora, de Canoas, e João XXIII e Bom Conselho, ambos de Porto Alegre.

Ainda na capital, o Jantar-Baile do Professor lotou um dos salões da Sociedade Libanesa, na zona norte da capital. Os professores puderam comemorar com seus familiares e amigos no dia 21 de outubro.



A voz e a atividade física

Mais que um cantor

Um professor em ação depende de uma boa voz e, entre os profissionais da voz, é um dos mais inclinados a apresentar problemas vocais.

No processo de aprendizagem, a voz é considerada soberana e entendida como um fator importante, portanto, uma boa qualidade vocal é relevante na hora de comunicar, inspirar e motivar.

Atividade física e sua contribuição

É incontestável que a prática de atividade física está associada ao bem-estar físico e psicológico, e que um estilo de vida ativo promove relevantes benefícios metabólicos, a diminuição dos riscos de doenças, contribuindo para uma vida de mais qualidade.

De acordo com o estudo 'Prevalência de problemas vocais entre professores da educação básica e sua relação com o nível de atividade física', realizado neste ano por um coletivo de professores da Universidade de Montes Claros (MG), o benefício proporcionado pela prática regular de atividades físicas pode estar relacionado à voz de forma direta ou indiretamente. Em contrapartida, o sedentarismo foi associado ao aumento da prevalência de problemas vocais.

A prática de atividade física mostrou relação com a saúde vocal mesmo após o controle por outras variáveis, o que enfatiza a necessidade de conscientização e estímulo aos professores quanto à prática de atividade física.

Vamos praticar?

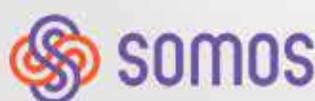
1. Faça 30 minutos de atividade física diariamente. Caminhe o seu trajeto diário, use escadas, arrume a casa, diminua o uso do celular e faça das praças o jardim de sua casa.
2. Faça aquecimento vocal. Vibrações da língua, dos lábios ou sons nasais por 5 minutos são uma boa opção. Seja 'gentil'. Os exercícios não devem ser feitos com tensão ou esforço.
3. Hidrate-se. Beba água antes e durante a aula. Mantenha sua garrafinha perto de você.
4. Você está sendo escutado. Suavize sua emissão!
5. Procure ajuda médica e/ou fonoaudiológica se percebeu alterações na sua voz. Não deixe isso prejudicar seu trabalho, seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Oferecemos para você e seus dependentes:

Aulas on-line em tempo real através do FB do Sinpro/RS nas terças, das 19h às 19h30, e nos sábados, das 9h às 9h30. Basta acessar a plataforma e praticar com um profissional de Educação Física.

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em Porto Alegre)
<https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/>

Plataforma digital SOMOS MOVE – videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas light e muito mais. Tudo isso num clique. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes
<http://somos.pacevida.com.br/sinprors/>





Vida na aldeia se equilibra entre o trânsito pesado da rodovia e a água contaminada por agrotóxicos

Estado tem 36 mil indígenas à espera da demarcação de terras

por Gilson Camargo
fotografia Igor Sperotto

A expropriação de terras e o abandono da Funai reservaram os piores lugares para os remanescentes dos povos indígenas no Rio Grande do Sul. Em situação fundiária indefinida, com seus direitos territoriais indígenas constantemente violados, os verdadeiros donos da terra vivem em estado de alerta nos acampamentos improvisados à beira de rodovias ou confinados nos corredores entre áreas privadas, expostos à contaminação ambiental, às doenças e à violência de posseiros e fazendeiros

O trânsito intenso de caminhões é a ameaça mais visível entre todos os perigos que rondam as nove famílias da etnia Kaingang acampadas na margem do quilômetro 133 da BR-290, em Eldorado do Sul.

Quem vive na Aldeia Pekuruty, um dos cinco acampamentos indígenas improvisados existentes ao longo da rodovia que corta o estado, de Osório a Uruguaiana, são remanescentes dos povos que tiveram seus territórios expropriados ao longo da formação do estado.

Dos mais de 1 milhão de indígenas, restaram pouco mais de 40 mil pessoas das etnias Kaingang (35 mil), Mbya Guarani (3 mil). Os Charruas são em torno de dez famílias, ou 50 pessoas. Com maioria vivendo em SC, os Xokleng no RS estão reduzidos a 15 famílias, ou cem pessoas, que vivem em uma retomada em São Francisco de Paula. No Rio Grande do Sul, são 24 acampamentos provisórios mantidos em condições precárias, à espera da demarcação de terras pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Essa demora e a histórica expropriação de terras que ocorre desde a formação do estado empurraram os povos indígenas para os piores lugares do território gaúcho.

O cacique e o professor

Para se chegar à Aldeia Pekuruty, é necessário aguardar por uma trégua no trânsito de carretas que passam a toda velocidade, carregadas com soja, rentes ao acostamento.

Abaixo da barranca, a Escola Tekouaporã, uma das 12 instituições da 12ª Coordenadoria Regional de Educação, que abrange a região de Camaquã, Eldorado do Sul, Charqueadas e Mariana Pimentel, foi reformada graças a um aporte de recursos emergenciais e a um mutirão liderado pelo cacique Estevão Garai e pelo professor Artêmio Marques.

As casas ainda mostram os estragos dos ciclones que assolaram o estado neste ano. Garai relata que a comunidade foi criada em 1994 e, atualmente, abriga cerca de 20 pessoas – sete são crianças em idade escolar.

“A água invadiu todas as casas, só se salvou a escola”, explica Marques.

Ele é professor de História e leciona em outras duas escolas indígenas na região. A aldeia é equipada com duas caixas d’água de 15 mil litros e recebe o abastecimento de caminhões da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, uma vez por mês.

Por meio de um programa estadual, explica ele, obteve recursos para instalar placas solares nos fundos da aldeia para a geração de energia. Uma rede elétrica passa em cima da comunidade indígena, mas o professor não conseguiu autorização para fazer a conversão e levar eletricidade às casas.

“Na mata que fica em uma propriedade particular atrás do acampamento, há frutas em abundância e muitas colmeias que produzem mel, mas o proprietário botou jagunços armados para vigiar a cerca”, confidencia.

Outro recurso vital para os indígenas, a água do local está contaminada. O Arroio Conde e outro córrego que cruzam o acampamento estão contaminados por metais pesados que derivam dos

agrotóxicos. Pelo ar, a pulverização de agrotóxicos sobre as lavouras de arroz localizadas a 5 quilômetros joga traços de pesticidas sobre o acampamento.

“O riacho passa por dentro das lavouras e a água que chega até aqui é um caldo de venenos. Muitas vezes, as embalagens de agrotóxicos que os fazendeiros não descartam de forma adequada vêm parar na aldeia”, lamenta Marques.

Local inseguro

Em 2020, por pressão das lideranças, o Judiciário determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) a identificação da aldeia com placas e redutores de velocidade, porém isso não diminuiu a exposição dos indígenas aos riscos da rodovia.

“Aqui é um local inseguro”, resume Estevão. Algumas casas ficam do

lado oposto da rodovia, o que obriga as crianças a andarem por quase um quilômetro pelo acostamento até a escola. “Eles (o Dnit) não quiseram que a gente construísse a escola numa área que fica ao lado da BR-190. Mandaram parar”, recorda.

Uma área de 1,5 hectare que seria desapropriada pela prefeitura para a criação de uma reserva

Demarcações paralisadas

De acordo com o Censo do IBGE de 2022, são 36 mil pessoas que vivem em situação fundiária indefinida, ou seja, seus direitos territoriais indígenas estão sendo violados de forma sistemática.

“São dezenas de comunidades Mbya Guarani, Kaingang, além de uma única área Charrua e uma retomada Xokleng”, explica o coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na Região Sul, Roberto Liebgott.

A pedido do *Extra Classe*, o Cimi identificou pelo menos seis grandes realidades indígenas distintas no estado. Segundo Liebgott, esses contextos se interligam

e interagem constantemente.

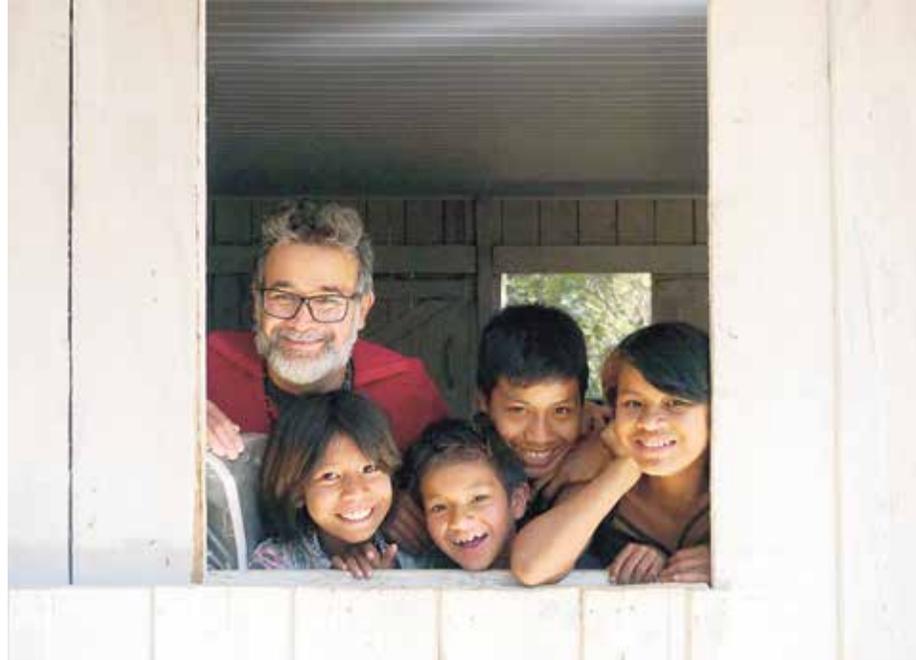
Foram mapeadas dez reservas criadas no período do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre 1910 e 1970, outras 20 terras demarcadas de acordo com a Constituição Federal de 1988, e diversas áreas compradas pelo poder público para assentamentos.

A maior parte dos territórios que abrigam indígenas no estado é de terras com demarcações paralisadas. O Cimi contou mais de 50 no RS.

Nesse contexto, até áreas que pertencem ao poder público estão embargadas por ações judiciais de fazendeiros e posseiros, como é o caso do Acampamento Estiva



Famílias Kaingang da Aldeia Pekuruty, em Eldorado do Sul, aguardam desapropriação de terras e duplicação da BR-290 para retomar seus direitos territoriais



O professor Artêmio Marques ensina a língua materna às crianças como forma de preservar a cultura e a identidade da etnia

provisória mais segura, a duplicação da rodovia e até uma fazenda improdutiva pertencente a um senador da República em Eldorado do Sul são alternativas cogitadas pela liderança para o reassentamento das famílias, enquanto não sai a demarcação de uma reserva.

De acordo com Estevão, a aposta é na retomada das licitações para

a duplicação do lote 1 da BR-290, porque a obra tem um Plano Básico Ambiental (PBA), elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), que determina o reassentamento das famílias em áreas não produtivas disponíveis no mapeamento ambiental.

– Capão da Porteira, em Viamão. A reserva de sete hectares cedida pelo governo do estado tem 25 famílias Mbya Guarani.

No Salto do Jacuí, 36 famílias Kaingang estão ameaçadas de despejo devido a uma decisão de primeira instância do Judiciário local, que concedeu reintegração de posse da área à empresa CEEE GE. Vinculada à CSN, a empresa integra o consórcio que comprou a estatal de energia e explora madeira e minérios e aumentou a pressão sobre os indígenas depois da privatização.

Conforme o Cimi, mais de mil famílias vivem em contextos urbanos, a exemplo da Terra Kaingang Morro do Osso e Acampamento Passo Grande da Forquilha, em Porto Alegre; presentes também em Passo Fundo, Erechim, Bento Gonçalves, Rio Grande, Santo Ângelo, Santa Maria.

As terras reservadas foram criadas ainda no período do SPI, destinadas, geralmente, ao povo Kaingang, mas com pequenos espaços reservados para aldeias Guarani.

O estado tem, ainda, reservas demarcadas em Nonoai, Guarita, Ligeiro, Carreteiro, Charrua, Cacique Doble.

Além dessas terras indígenas,

há territórios que foram transformados em áreas de ocupação tradicionais, a exemplo de Votouro, Ventara, Serrinha, Inhacorá, porém com seus limites reduzidos em quase 80%.

“Em praticamente todas as áreas reservadas Kaingang se introduziu a prática dos arrendamentos de terras, que se tornou ilegal depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em geral, os arrendamentos excluem as populações de terem acesso à terra, bem como inviabilizam as práticas de produção de economias tradicionais próprias de cada comunidade e povo”, resalta Liebgott.

Ele lembra que o processo de dizimação dos povos indígenas pela colonização europeia foi mais intenso nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, onde os territórios foram fatiados pelos exércitos espanhóis e portugueses em 1756, a exemplo dos Sete Povos das Missões.

“Depois, a perseguição, a escravização e a matança dos povos se deram a partir de várias frentes de expansão e ocupação das terras, pelos bandeirantes, da imigração, colonização europeia e o consequente fatiamento e divisão dos territórios”, enumera o missionário.

A palavra é bibliodiversidade

Arte⁺

por Gilberto Blume

Os números que perfilam o leitor brasileiro seguem pouco animadores, mas o mercado literário vem experimentando uma movimentação que está revelando escritores e atraindo novos leitores, sobretudo jovens.

Junto com os novos escritores, vêm temáticas até pouco tempo atrás inusuais na ficção brasileira, como racismo, LGBTQIAPN+, identidade de gênero, direito das mulheres, pobreza, sustentabilidade. Esse, digamos, lado B das letras é nomeado bibliodiversidade. A aclamação é irrestrita.

A bibliodiversidade fala com os excluídos. Autores geralmente abrigados em pequenas editoras ou mesmo independentes estão conseguindo alcançar essa massa de brasileiros órfãos de representação. Em se tratando de Brasil, é um feito.

Clô Barcellos é jornalista, designer, artista plástica e sócia-fundadora da Editora Libretos, juntamente com seu marido, o também jornalista e escritor Rafael Guimaraens. No catálogo, estão Negra Jaque, Dudu Sperb, Nathy MC, Fátima Farias, entre outros autores do plantel da Libretos. "Lá atrás, todas as bancas vendiam a mesma coisa. O leitor perguntava: 'Não tem literatura negra?'. Eu tinha... Nós já defendíamos a bibliodiversidade. Estou achando maravilhoso esse caminho, a gente não para", vibra Clô.



Oscar, da Agbara: "O livro tem que ser transversal"

Oscar Henrique Cardoso é jornalista, escritor e fundador da Agbara, editora focada em publicar autoras e autores negros. Recentemente, Oscar esteve na Bienal do Livro do Rio de Janeiro. Ele ainda não desceu das nuvens.

"Fiquei impressionado com o que vi: muito negro e negra auto-

grafando, debatendo religiosidade, afrodescendência. Vi muita diversidade, muito povo, não era só elite. Espero que aqui em Porto Alegre a gente possa ter esse encantamento. Acho que a Feira do Livro deveria interagir mais com as comunidades; o livro tem que ser transversal", defende o editor.

A Agbara não participou da Feira. "Vendemos o almoço para poder jantar. Todos falam em empreender, empreender... Mas vai num banco buscar uma linha de crédito: é um inferno! A realidade é muito dura", ilustra Oscar.

Escritora, multiartista e presidente da Associação Gaúcha de Escritores (Ages), Liana Timm percebe claramente o crescimento da bibliodiversidade. "Acho que está havendo uma grande transformação. Não sei para onde vai, mas está acontecendo", afirma.

Liana enxerga dois movimentos que ajudam a explicar o atual mo-

mento do mercado literário. A multiplicação de autores independentes e o surgimento de pequenas editoras, combinados, proporcionariam a cena para o surgimento de narrativas diversas. Segundo Liana, outro aspecto que incentiva os independentes e os pequenos é a exploração a que as editoras fortes submetem o escritor.

Em geral, as editoras oferecem ao autor apenas 4% da venda de um livro. Já foi melhor. Há alguns anos, o autor da obra embolsava em torno de 10% das vendas. A livraria costuma receber 50%. Ou seja, quem, de fato, transpira para que a obra exista é o mais mal remunerado.

"Todo mundo despertou, e isso é muito importante. Agora, com essa diversidade, nós estamos vendo o quanto perdemos", lamenta Liana.

Com cerca de 200 associados, atualmente a Ages é comandada por nove mulheres. A escritora,



Foto: Luciana Éboli

Oficinas são terreno fértil para a bibliodiversidade, diz Jane Tutikian

professora da Ufrgs e diretora de Integração Universitária da Ages, Jane Tutikian, ministra oficinas de escrita criativa, terreno fértil para a bibliodiversidade acontecer.

"Num estado democrático, a diversidade é e deve ser sempre respeitada. Ora! O livro tem um caráter democrático. Ele é a melhor forma de o escritor estar entre seus semelhantes", define.

Foto: Luis Ventura



Para Liana, da Ages, novos autores e editoras estimulam diversidade das narrativas

"Rotulação"

Natalia Borges Polesso ganhou projeção nacional em 2016, quando seu *Amora* venceu o Prêmio Jabuti na categoria Contos. O livro reúne 33 contos em que o universo lésbico perpassa situações cotidianas, familiares, delicadas, violentas. Ela vê com naturalidade uma certa "rotulação" que recai sobre determinados temas.

"Lembro muito bem de uma entrevista com Angélica Freitas (poeta) dizendo assim: 'Eu gosto quando a estante da livraria é marcada como LGBT, porque daí eu sei onde ir, onde achar a literatura'. E isso, pra nós, pessoas LGBT, que estamos sedentas de leituras em que a gente se veja representada, é ótimo mesmo."

O mercado tradicional das livrarias também sente o boom da bibliodiversidade. "Há uma demanda muito grande. Não apenas criamos estantes dedicadas a tais temas, como o público mudou. Nosso acervo teve de ser adaptado, o que é ótimo", conta o jornalista, livreiro e proprietário da Bamboletas, Milton Ribeiro.

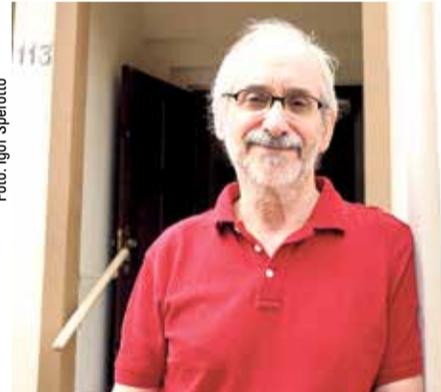


Foto: Igor Speratto

Bamboletas adaptou acervo para dar conta da demanda, diz Milton

Questão de mercado

Foto: Marco Nedeff/Divulgação



O Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) informou, via assessoria, que "o mercado editorial não tem dados e nem estudos sobre a incidência da diversidade no mercado literário". A Câmara Brasileira do Livro (CBL) não quis se manifestar.

Maximiliano Ledur, presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, que organiza a Feira do Livro de Porto Alegre, considera o debate sobre temas como antirracismo, diversidade de gênero e sustentabilidade de extrema importância para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, igualitária, sustentável, ecologicamente res-

ponsável e mais consciente. "Trazer o debate desses temas para a Feira do Livro é uma obrigação", pontua.

Para o dirigente, o papel desses temas no cenário literário vai além do entretenimento. "Eles têm o poder de educar, informar e transformar os leitores, despertando reflexões críticas sobre nossa sociedade e incentivando ações positivas em prol da igualdade e da sustentabilidade." E são uma nova perspectiva de mercado. "Promover a inclusão de diferentes perspectivas e histórias pode atrair novos públicos e, com isso, contribuir para o crescimento do mercado", acrescenta.

"O leitor perguntava: 'Não tem literatura negra?' Eu tinha", relata Clô, da Libretos, que apostou primeiro na bibliodiversidade



FRAGA

Fronteiriços

A ONU é tipo um boteco onde centenas de fronteiriços combinam se encontrar pra ver se melhora o convívio no restante do mundo

Desde o início da vida, as fronteiras estão ao nosso redor. A placenta é apenas a primeira, e o berreiro ao rompê-la não é à toa. Nossa casa é a segunda, e a seguir descobrimos que, depois do bairro, tem o município, o estado, o país. E as pessoas se dividem entre as que nunca saem do seu canto e as nômades.

Há, claro, fronteiras de todos os tipos e tamanhos; os países podem ter fronteiras continentais, as pessoas têm desde fronteiras culturais até morais. Para ultrapassar esses limites – entre os invisíveis e os oficiais –, a gente conta com regras, desde as sociais e até as que o cotidiano nos condiciona.

Essa grande maçaroca de fronteiras às vezes vira muro, noutras surge como placas indicativas, e assim vamos vivendo, de boa vontade ou de obediência. Mas como no samba de Tom Jobim, a base das fronteiras é uma só: a alteridade.

Também ela, a alteridade, não é algo bem definido. Eu e outros podemos compor uma alteridade coletiva – como um sindicato, um time, uma escola de samba, uma quadrilha, sobretudo uma etnia. A gente sempre sabe, intuitivamente, onde estamos, se cruzamos ou não uma fronteira. As convenções estão aí pra sinalizar.

Guiados pela identidade – a nossa e a alheia –, vagamos por calça-



Ilustração: Rafael Sica

das, mapas, territórios imaginários. E o que nos faz mal ou bem-vindos no espaço dos outros são os nossos modos. Hábitos e costumes, por sua vez, definem o trânsito entre um lugar e outro, seja dentro de um shopping ou de uma nação.

Nos territórios conhecidos, somos de casa, estamos à vontade, circulamos fácil. Os probleminhas e os problemaços brotam naqueles territórios em que o convívio ainda não foi estabelecido, formalizado. A barreira intransponível pode ser um idioma ou apenas diferenças vocabulares que atrapalham a aproximação.

Só o entendimento ergue cancelas.

Nessas regiões, somos estranhos para o outro, enquanto o outro é o desconhecido pra gente. Nos dois lados, a convenção manda recorrer a um documento. Há casos, porém, em que documento nenhum resolve, e até piora a permanência da gente naquela situação.

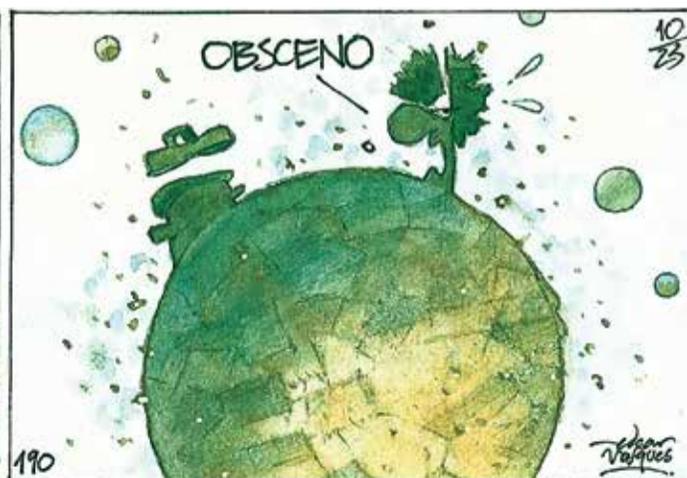
A ONU é tipo um boteco onde centenas de fronteiriços combinam se encontrar pra ver se melhora o convívio no restante do mundo. Ali os salamaleques e os intérpretes facilitam a mistura mundial. Ali é ninguém é uma ilha.

Já ali na Faixa de Gaza, há muito a fronteira deixou de ser geográfica, religiosa ou política. Lá, a fronteira se situa entre a sensatez e a insanidade, e é tão instável quanto o número de habitantes a cada hora. Na Faixa de Gaza, o terrorismo de um bando ou de Estado produz o mesmo massacre humano. E onde o sangue jorra a esmo, a fronteira entre civilização e barbárie jamais será nítida.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





Aprendendo a praguejar

Perguntava-se então que espécie de homem era o selvagem, e era o mesmo que perguntar que espécie de selvagem podia ser o homem

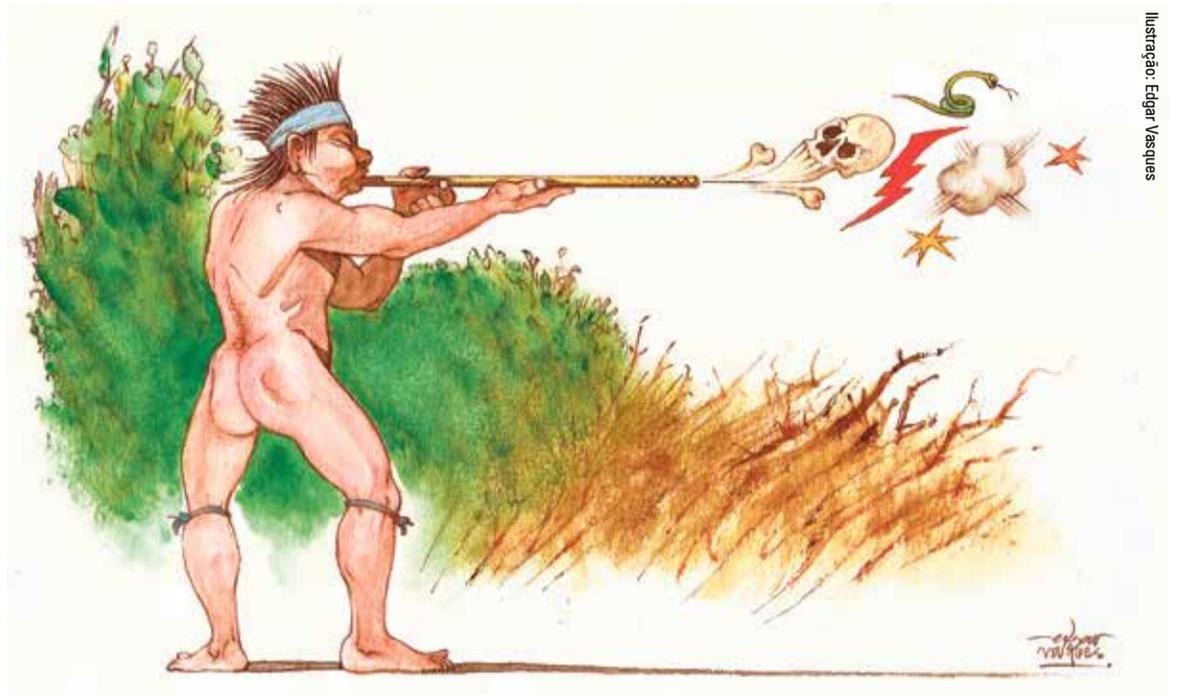


Ilustração: Edgar Vasques

“Bárbaros” era o nome dos gregos para quem não falava grego. Ficou sendo o nome de todos que produzem ruídos estranhos em vez da nossa língua e, não tendo uma cultura inteligível, só podem ter uma cultura inferior, ou cultura nenhuma. Em troca do ouro que levava do Novo Mundo, a Europa trouxe uma língua de gente e a palavra de Deus e a certeza de que a troca era justa. Com a linguagem, vinham a História e o discernimento da alma e a possibilidade de uma civilização. O fato de o Mundo Novo já ter civilizações, e uma História, apenas contada de outro jeito, era inconcebível. Para muitos, continua inconcebível.

* * *

A *Tempestade* não é exatamente uma metáfora sobre o colonialismo. Como é a última peça de Shakespeare, talvez seja mais uma reflexão sobre o sortilégio da arte e o poder do artista de criar mundos. Termina com Próspero, o autor-feiticeiro, pedindo a indulgência do público para os excessos da sua imaginação, e suas preces para salvá-lo do desespero. “And my ending is despair, unless I be relieved by prayer.”

Ariel, Caliban, Miranda, a tempestade, a ilha são caprichos literários, frutos da linguagem, essa civilização à parte em que os poetas podem tudo. Mas as alusões às terras recém-descobertas (nem tão recém assim, cem anos já tinham se passado desde a viagem de Colombo quando *A Tempestade* foi encenada pela primeira vez) são claras, e dizem que Shakespeare se inspirou para a sua trama no naufrágio de colonos ingleses a caminho da Virgínia perto das Bermudas. Caliban, principalmente, ficou consagrado como a representação da mistura e fascínio e repulsa que o selvagem provocava na Europa da época. Perguntava-se então que espécie de homem era o selvagem, e era o mesmo que perguntar que espécie de selvagem podia ser o homem.

* * *

Antes dos descobrimentos, discutia-se o que definia o homem em relação aos animais. Segundo alguns apressados, o homem era a única criatura com bunda. Uma decorrência da sua inédita estatura ereta. Ai os primeiros exploradores chegaram ao Bornéu e descobriram orangotangos tão eretos quanto o homem, e decididamente bundudos. A articulação vocal seria outra habilidade exclusivamente humana, um critério rapidamente destruído com a descoberta do papagaio. Mas produzir sons diversificados não significava ter uma linguagem, uma cosmogonia e e uma história registrada, além de mitos e rituais. Os “in-

dios” descobertos por Colombo eram gente ou não eram? Só em 1537 um “edicto” papal deu a resposta oficial. Eram. Mas continuavam sendo bárbaros no sentido grego, incapazes de uma civilização consequente até que aprendessem a língua do conquistador. Esse critério perdurou por muito tempo depois de 1537. O livro de um pesquisador húngaro chamado Emil Torday sobre uma comunidade indígena africana que retinha uma história detalhada e aferível do seu próprio desenvolvimento causou espanto e desdém nos meios científicos europeus quando foi publicado, não na era elizabetana, mas em 1925. Ainda se acreditava então que os povos primitivos não tinham nada parecido com uma ciência do passado e que um sentido histórico, e com ele a possibilidade do autoconhecimento e do progresso, era uma dádiva do colonizador branco e da sua linguagem. Ainda era esse o espírito das comemorações da descoberta da América em 1992. Quando só o que se estava comemorando era a entrada da América nos livros de Próspero.

* * *

A ilha de *A Tempestade* fica, segundo a lógica, no Mediterrâneo, já que os naufragos viajavam da Tunísia para a Itália quando Próspero conjurou o seu destino. Dirigiam-se a Milão, para onde o próprio Próspero declara que irá no fim da peça, para uma aposentadoria merecida, durante a qual “cada terceiro pensamento será da minha sepultura”. Tudo se arruma no final. Os amantes se casam, os inimigos se reconciliam, o autor renuncia às suas bruxarias e anuncia seu silêncio. Ariel, o fruto bom da sua imaginação, ganha a liberdade. Mas Caliban, o fruto monstruoso, só troca de mestres. Numa versão da peça que vi, há anos, em Paris, Peter Brook colocou atores do Terceiro Mundo em todos os papéis, menos no de Caliban, que era branco. Mas nem travestido e politicamente corrigido Caliban escapava do seu destino. Na linguagem civilizada do Ocidente, Caliban será sempre ou servo ou monstro.

* * *

A revolta contra o eurocentrismo, o multiculturalismo, etc. mostram que levou tempo, mas Caliban finalmente dominou a linguagem que o dominava. Como ele mesmo diz a Próspero, na peça: “Você me ensinou a linguagem e meu lucro nisso é que aprendi a praguejar”. Os “bárbaros” do mundo todo, reagindo à sua exclusão de um centro que fica com todo o ouro e em troca lhe impõe sua cultura e seus valores, estão praguejando como gente grande.



Quando o alvo é o professor, perde a educação

Promover uma postura intolerante e policialasca no ambiente escolar é um incentivo aos tribunais das redes sociais e aos cancelamentos. Para que uma educação crítica e transformadora aconteça, os professores precisam de liberdade para exercer o seu trabalho, que é ensinar.